

Em direção a uma demografia ambiental? Avaliação e tendências dos estudos de população e ambiente no Brasil

Eduardo Marandola Jr.*
Daniel Joseph Hogan**

As Ciências Sociais foram as últimas a aceitar e incorporar a temática ambiental em seus respectivos temas de pesquisa. Entre elas, a Demografia talvez tenha sido a última a fazer esta conversão, incluindo aos poucos questões referentes à relação população/ambiente. O debate tem convergido para a crescente incorporação da dimensão espacial, sempre presente, mesmo não sendo o eixo central nos estudos demográficos, mas que na discussão ambiental se mostra preponderante. O desenvolvimento do campo, embora rápido e promissor, tem encontrado dificuldades inerentes a áreas de estudo que tendem à interdisciplinaridade, localizando-se na periferia de uma ciência em interface com outras. No Brasil, tais estudos também têm evoluído nas últimas duas décadas, sendo importante para seu delineamento a produção do Grupo de Trabalho "População e Meio Ambiente", da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, privilegiado foco difusor destas preocupações no país. Em vista disso, este artigo procura refletir sobre a produção do grupo, na expectativa de trazer à tona alguns elementos acerca dos métodos, temas e problemáticas abordadas ao longo dos anos, no sentido de localizar em que ponto deste desenvolvimento se encontra a temática hoje, e quais as perspectivas e os desafios que se abrem para o futuro.

Palavras-chave: GT População e Meio Ambiente da Abep. Epistemologia e metodologia da Demografia. Distribuição espacial da população

População e ambiente no Brasil: uma história abepiana

Os estudos de População e Ambiente (P-A) têm se desenvolvido rapidamente nos últimos anos. Seguindo uma tendência que se observa em todos os campos do conhecimento, a temática ambiental foi incorporada aos estudos demográficos procurando elucidar as complexas relações estabelecidas entre a dinâmica demográfica e o ambiente. Internacionalmente, criaram-se fóruns,

organizaram-se eventos e desenvolveram-se grupos e projetos de pesquisa que procuraram estabelecer os termos desta relação.

Interdisciplinar desde o seu início, o campo dos estudos P-A, como acontece com novos ramos de investigação científica, foi formado por pesquisadores oriundos de diferentes tradições filosóficas, abordagens metodológicas e com as mais diversas formações. A exemplo de outras questões nos estudos populacionais, que são inerentemente interdisciplinares, a preocupação

* Geógrafo, doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências (IG), pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos de População (Nepo), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

** Demógrafo, professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (Nepo), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ambiental em seu interior não foi incorporada, *a priori*, por meio de uma questão ou problemática propriamente demográfica. Ao contrário, a inclusão se deu em virtude de sua relevância inequívoca assumida nos últimos 30 anos no âmbito da sociedade, da política e da ciência. Além disso, o caminho percorrido pelos primeiros estudiosos a fazerem tal incorporação diz respeito às suas trajetórias e interesses prévios, resultando num campo absolutamente plural e, num primeiro momento, heterogêneo do ponto de vista temático, metodológico e epistemológico, o que coloca, para qualquer campo de investigação emergente, questões sobre sua autonomia e legitimidade diante de outras áreas já consolidadas.

O primeiro desafio que o campo enfrentou na busca desta legitimidade foi a disputa contra os fantasmas do neomalthusianismo e da vinculação simplista do crescimento populacional com a degradação e a mudança ambiental (HOGAN, 1991; MARTINE, 1993a; SAWYER, 1993). Muito presente nos debates ambientais e sobre desenvolvimento, esta problemática recebe nova vida de tempos em tempos, em novas versões de ligação direta entre pobreza, degradação ambiental e crescimento populacional.

A importância do tema urbano nos primeiros anos do GT foi, de certa forma, direcionada pelo desejo de se distanciar de uma visão neomalthusiana, para estudar o impacto da degradação ambiental para o bem-estar da população. Da mesma forma, muitos dos primeiros estudos sobre população e desmatamento da Amazônia buscaram abordagens alternativas da relação P-A que não culpavam a vítima (isto é, que não era o pequeno agricultor-colono o responsável pelo desmatamento). Considerando-se que no contexto internacional a relação P-A quase sempre foi reduzida à pressão dos números sobre os recursos, as temáticas e abordagens do GT evoluíram na contramão desse contexto.

O campo atravessou os anos 90 e entrou no novo século ampliando suas questões e incorporando perspectivas, temáticas e pesquisadores oriundos de diferentes áreas, com seus interesses e perspectivas teórico-metodológicas. Um certo ecletismo marcou

este desenvolvimento nos últimos 20 anos, num esforço de compor uma comunidade com interesses comuns e legitimidade social e acadêmica.

Atualmente, pode-se dizer que este espaço foi plenamente conquistado. A relação quase corriqueira entre número populacional e degradação ambiental foi marginalizada nos debates acadêmicos e na agenda política, o que poderia ser considerada a primeira vitória dos estudos de P-A. No entanto, desafios bem maiores manifestam-se atualmente para os pesquisadores do campo. Após os primeiros anos de esforços no sentido de reunir um conjunto de interessados e estabelecer uma problemática, muitos têm questionado se este é de fato um campo de estudos específico. Da Demografia, parte o questionamento sobre a dimensão propriamente demográfica dos estudos sobre P-A e sua contribuição para o conjunto dos estudos populacionais. Em vista disso, após os primeiros anos nos quais o grupo passou respondendo a demandas e problemáticas oriundas de diferentes campos, talvez o momento atual seja o de olhar para si, para seu próprio desenvolvimento, avaliando sua trajetória e procurando repensar seus próprios caminhos a partir de elementos internos, ou seja, que respondam ao escopo específico da Demografia. Se os estudos sobre P-A são um campo de investigação próprio, do ponto de vista dos estudos populacionais, há necessidade de delineamento do que poderia ser aventado, no futuro, como uma Demografia Ambiental, ou seja, um tratamento propriamente demográfico da relação P-A, a partir de uma construção epistemológica de sua problemática e objeto.

No Brasil, assim como na comunidade internacional, um grupo se organizou no seio da sua instituição, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), reunindo não apenas abepianos de longa data, mas também pesquisadores engajados em temas correlatos que começavam a aparecer em diferentes fóruns de pesquisa no Brasil, todos gravitando em torno da questão ambiental. O Grupo de Trabalho População e Meio Ambiente, recentemente renomeado População, Espaço e Ambiente, constitui-

se, desde sua criação, como principal *locus* de desenvolvimento e difusão deste campo de pesquisa no Brasil.

Criado em 1990, o GT teve sua primeira sessão temática realizada no Encontro Nacional da Abep de 1992, em Brasília. Naquele ano, foram apresentados seis trabalhos em três sessões, iniciando uma trajetória nos encontros da Abep que se mantém crescente e mais consolidada a cada ano. Embora possa ser considerado pequeno numericamente, o GT tem desenvolvido e promovido pesquisas e o interesse na temática no país, participando do avanço da área em âmbito internacional, através de seus membros, principalmente ligados à *International Union for the Scientific Study of Population* (IUSSP) e aos encontros da *Population Association of America* (PAA).

No Brasil, a difusão se dá também para além do escopo da Abep, especialmente por meio das vinculações institucionais e disciplinares originais dos membros que, ao aderirem e contribuírem com o estudo de P-A, estabelecem uma rede de relações interdisciplinares que incorporam Sociologia, Planejamento Urbano e Regional, Geografia, Economia, Antropologia, entre outras áreas, no núcleo central de discussão e de inspiração temática, metodológica e epistemológica do GT.

É evidente que esta abertura, que não é uma particularidade desta temática, mas está ligada à própria Abep, produz conseqüências do ponto de vista da consolidação dos estudos demográficos. Há um questionamento interno sobre a abertura e o ecletismo que têm caracterizado, senão todos, vários grupos de trabalho da Associação. Sob o rótulo “estudos populacionais”, as questões demográficas nem sempre têm sido o enfoque principal das sessões temáticas e das reuniões da Associação. O GT sente esta questão de forma especial, pois a interdisciplinaridade é inerente à própria discussão ambiental em geral, marcando profundamente estes estudos, inclusive institucionalmente (vide a formação de programas de pós-graduação e de núcleos interdisciplinares de pesquisa). Além disso, o pouco tempo de existência desta discussão no âmbito da

Demografia demandou que, neste período de emergência e consolidação da temática, fosse necessário o diálogo intenso com interlocutores que, mesmo sem um enfoque especificamente populacional, estivessem dispostos a interagir com o grupo, auxiliando no enfrentamento de questões até então não trabalhadas pelos demógrafos e na própria composição teórico-metodológica de um tratamento propriamente demográfico de tais questões.

Um olhar retrospectivo na produção do grupo aponta para várias destas ligações e sua importância no desenvolvimento destes estudos. No entanto, após 17 anos, aumentam os questionamentos sobre “a pergunta demográfica” do campo: até que ponto muitas das questões (teóricas, metodológicas e temáticas) trazidas ao seu interior foram ou não incorporadas e, principalmente, até que ponto estamos ou não caminhando para a composição de uma base epistemológica da construção do problema (P-A), legitimando assim a existência do GT e desta temática? Talvez, 17 anos depois do ponta-pé institucional, o momento seja de reflexão sobre a trajetória realizada até aqui e para quais direções devemos caminhar e, sobretudo, como chegar lá.

Este artigo tem o objeto de contribuir para tal reflexão. Parte-se de uma compilação e avaliação da produção do grupo desde sua formação, analisando os diversos momentos pelos quais ele passou (Vislumbres, Precursores e Consolidação), apontando que se está exatamente no momento de mudar de fase, caminhando para a discussão sobre a natureza epistemológica da área. Neste caso, é indicada a necessidade de recolocar a pergunta demográfica no centro do debate e, ao mesmo tempo, avaliar como incorporar as contribuições advindas dos interlocutores de outras áreas disciplinares, possibilitando assim uma construção coletiva do campo específico de estudos em P-A.

Nossa opção metodológica para esta análise será internalista. Investiremos nos elementos que estão sendo trabalhados no interior do grupo, procurando partir da própria Demografia para a delimitação das permanências, mudanças e demandas

que se revelam ao longo dos mais de 20 anos de desenvolvimento da temática no país. Em vista disso, nos concentraremos na produção ligada de forma direta à Abep, incluindo os 15 encontros nacionais da Associação, além dos dois encontros intermediários (2003 e 2005)¹ e dos três livros (Martine, 1993b; Torres; Costa, 2000; Hogan; Berquó; Costa, 2002) organizados pelo GT. Incorporamos à análise também as nove teses de doutorado defendidas por membros do grupo em P-A (entre 1995 e 2006), não apenas por representarem os frutos, mas por serem trabalhos de grande fôlego elaborados por membros comprometidos com o campo e que trouxeram inovação teórica, metodológica e temática para o GT.

É evidente que este desenvolvimento, quando aparece na Abep de forma explícita, representa a culminação de processos que vinham sendo gestados alguns anos antes. Não nos ocuparemos, no entanto, em localizar cada um dos eventos e publicações que possuem influência (direta ou indireta) neste desenvolvimento, como aqueles presentes nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), principalmente ligados ao grupo de trabalho Ecologia, Política e Sociedade (fundado antes do GT População e Meio Ambiente da Abep) ou nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur). Partimos de uma perspectiva internalista, mesmo sabendo que isto acarreta a adoção, *a priori*, de um quadro institucional e científico no país que não será problematizado neste momento. As influências e desenvolvimentos paralelos, além do contexto sócio-histórico, poderão

ser objetivo de uma análise complementar em outra ocasião.²

Nos concentraremos, portanto, na produção do GT, pois os desenvolvimentos que ocorreram nas diferentes instituições (como projetos de pesquisa e outros eventos) e em outros fóruns de discussão foram trazidos em algum momento para o interior do grupo, estando assim contemplados em nossa análise.³ Para tanto, temos como foco desta avaliação duas questões metodológicas que auxiliam a considerar a potencialidade do campo em caminhar em direção da consolidação e da discussão epistemológica: o uso da abordagem espacial, essencial para estes estudos; e o uso de múltiplas escalas e metodologias de análise. A primeira é um dos principais vieses de análise dos estudos do GT, estando a distribuição espacial da população no cerne da maioria das preocupações, seja em enfoques regionais ou urbanos. Entretanto, a utilização crescente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e sua rápida disseminação ao longo da década de 90 contribuíram para reforçar esta orientação, enfatizando a importância da análise espacial para estes pesquisadores. Refletir sobre como esta tem sido trabalhada será um caminho metodológico para avaliar o desenvolvimento destes estudos. De tão fundamental, tal questão elevou-se ao próprio nome do GT, que o alterou após o Encontro Nacional da Abep de 2006. Essa decisão recente reflete a convicção do GT de que é preciso superar dicotomias simples, como rural-urbano, para alcançar uma visão mais consistente, menos voltada a problemas específicos e mais comprometida com explicações teórico-metodológicas integradas.

¹ Ver <<http://www.abep.org.br/>> para consultar os anais dos encontros.

² Neste sentido também seria valioso observar as relações entre a Abep, Anpocs e Anpur com a recentemente fundada Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (Anppas), que de certa forma abrigou muitas das discussões ambientais que eram travadas no âmbito das outras associações.

³ Ao menos um evento fora deste contexto merece menção: o *workshop* "Dinâmica demográfica e poluição ambiental", ocorrido em julho de 1986, organizado pelo Núcleo de Estudos de População, da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp), que objetivava apresentar e discutir o primeiro projeto em P-A do Nepo (Migração, ambiente e adaptação da população em Cubatão), reunindo pesquisadores de várias áreas para debater e discutir os pressupostos e metodologias propostas (HOGAN, 1987). Este talvez seja o primeiro evento em P-A organizado no Brasil, marcando um primeiro encontro de alguns dos pesquisadores que viriam, a partir de então, compor o GT da Abep e promover a temática no país.

Quanto às metodologias e escalas de análise múltiplas, estas ainda têm sido pouco incorporadas às pesquisas. Em vista das próprias temáticas que têm interessado o GT, o desenvolvimento de metodologias quanti-quali e de múltiplas escalas seriam de grande valia para ampliar a capacidade analítica e permitir um olhar mais refinado, principalmente em microescalas (enfoque recorrente e importante para o grupo). Discutir e incorporar as aplicações já realizadas neste campo também são fundamentais para tal construção.

O texto se encaminha, portanto, para a necessidade de um repensar o estatuto epistemológico da questão P-A, procurando identificar os elementos presentes em seu desenvolvimento interno que possam contribuir para a consolidação de um conjunto metodológico específico e de uma formulação da problemática de um ponto de vista mais complexo. Estaria o campo de P-A caminhando para esta consolidação? O que emerge como possibilidades e desafios do desenvolvimento da problemática no Brasil? A partir da análise metodológica e temática da produção do GT, o texto aponta para a oportunidade de dar um salto qualitativo do ponto de vista epistemológico, aumentando a aderência interna das problemáticas em sua dimensão propriamente demográfica. Estaria o campo de P-A no Brasil em direção à construção de uma Demografia Ambiental, tal como provoca Leff (1993)? O que isto implica? Que ganhos os estudos populacionais e os ambientais derivariam de tal construção?

Análise do desenvolvimento e da produção do GT: uma perspectiva internalizada

Nossa análise seguirá dois eixos principais: a fase de desenvolvimento da temática; e a produção histórica do GT, considerando-se os diferentes papéis dos pesquisadores em relação ao grupo. A primeira foi baseada nos anais dos encontros, nos números da

Revista Brasileira de Estudos de População (Rebep) e nos livros publicados.⁴ Quanto aos anais, não pudemos controlar os trabalhos que não foram efetivamente apresentados, encontrando-se na listagem aqueles enviados e constantes nos anais e na programação do evento. No que se refere aos artigos, embora pudéssemos eleger alguns trabalhos publicados em outros periódicos ou coletâneas externos ao GT (alguns ligados ao Grupo de Trabalho Ecologia, Política e Sociedade, da Anpocs, seriam bons exemplos), a opção pela análise das repercussões internas à comunidade abepiana concentrou a discussão em torno dos frutos e problemáticas desenvolvidas com o foco propriamente demográfico.

A análise do desenvolvimento da temática, portanto, está limitada aos registros publicados, avaliados com um olhar retrospectivo de quem acompanhou todo o processo, mas procura revelar a manifestação da temática. As tabelas e gráficos auxiliam a visualizar este desenvolvimento, à medida que procuramos organizar a produção do grupo de acordo com a evolução do interesse e da consolidação da temática no interior da Abep.

Já a análise por categoria de autor visa identificar os atores e suas respectivas instituições que têm constituído o núcleo duro da temática no país, assim como aqueles que, mesmo não se comprometendo com a Demografia *stricto sensu*, tiveram/têm papel fundamental neste desenvolvimento. Esta análise também fornece elementos para que o próprio GT avalie seu percurso e planeje seu futuro.

A mensuração da produção não incorpora uma noção de produtividade ou um fluxo de produção, atentando mais ao peso das categorias de autores na composição ao longo do tempo das atividades do GT, no sentido de apontar seu envolvimento e contribuição nos diferentes momentos pelos quais passou o grupo. É evidente que os da Primeira Geração estiveram mais tempo expostos ao “risco de produzir”, enquanto

⁴ Tanto os anais de todos os encontros como todos os números da *Rebep* podem ser acessados, lidos e baixados no sítio da Abep (<http://www.abep.org.br/>).

aqueles da Terceira Geração ainda estão no início de suas carreiras acadêmicas. O principal não é o volume de produção acumulado, mas sim a intensidade de sua participação, aqui captada pelos trabalhos científicos escritos e publicados nos veículos privilegiados de discussão do GT, no âmbito abepiano. Esta análise é indicativa do desenvolvimento do grupo, mas não esgota as variáveis envolvidas. Se há uma ênfase nas publicações é porque elas são o documental que pode ser acessado e localizado por pesquisadores e novos interessados, constituindo-se no material que permanece e que se torna, ele mesmo, o relato da produção do grupo. Assim, embora este material não revele outros elementos importantes da produção científica (vínculos institucionais, circunstâncias políticas e sociais, contexto intelectual, etc.), as publicações são a principal expressão de todo este desenvolvimento.

Nossa análise visa muito mais “mapear” esta produção do que quantificá-la, permitindo-nos, a partir deste “desenho”, refletir sobre seu significado. Esta incorpora os elementos contextuais da evolução dos estudos, a partir da perspectiva de quem acompanhou o processo e que agora o olha de maneira retrospectiva, refletindo sobre ele.

Desenvolvimento da temática

Um olhar em perspectiva nos permite delimitar pelo menos três fases na evolução do grupo que expressam o grau de incorporação da temática P-A nas preocupações abepianas: **Vislumbres, Precursores e Consolidação.**

A primeira estende-se desde o primeiro encontro nacional da Abep, em 1978, até aquele realizado em Águas de São Pedro, em 1986. Neste período, a problemática ambiental estava sendo formulada em âmbito mundial, não tendo ainda entrado na agenda das Ciências Sociais em geral, nem da Demografia em particular. Em vista disso, identificamos apenas alguns trabalhos que discutiam temáticas que viriam dar à luz, no contexto da Abep, as discussões

P-A. Destes, só não encontramos nenhum trabalho específico no encontro de 1986.

São nove trabalhos (incluindo participações em sessões plenárias) que abordavam, sobretudo, dois dos temas que permanecem até hoje como marcantes no GT: colonização/fronteira na Amazônia; e as condições de vida nas cidades. No entanto, além destes indícios mais gerais, é importante a menção direta à questão ambiental no texto do relatório do Comitê de Trabalho “A dinâmica demográfica em situação de crise”. Após expor que não havia pertinência da instalação de um GT para discutir Demografia e Conjuntura, o relator aponta:

O que a experiência levanta, para nós, é a necessidade de enfocar mais sistematicamente os fatores não-demográficos que exercem influência direta na dinâmica demográfica. As discussões mais ricas sobre a conjuntura, além da questão do emprego (que pode perfeitamente ser desenvolvido no Comitê “Força de Trabalho”), foram aquelas sobre a política social, alimentação, e saúde. Quando forem superados os problemas de dados, poderá ser viável um grupo dedicado à análise conjuntural. Mas, por enquanto, aprofundaremos mais a nossa compreensão da dinâmica demográfica através de pesquisas sobre temas afins. **À essa lista poderia se acrescentar a ecologia (poluição, esgotamento de solos e outros recursos naturais, o desflorestamento, etc.), a tecnologia, e os problemas urbanos como transporte e habitação.** (HOGAN, 1984, p.1.366, grifo nosso)

Esta citação direta mostra que a questão ambiental, embora ainda não incorporada ou sem um corpo mais bem delineado, já se colocava nos debates abepianos, reunindo elementos para seu desenvolvimento.

Os dois encontros seguintes, de 1988 e 1990, constituem a fase que denominamos **Precursores**, pois é quando aparecem, pela primeira vez, trabalhos explicitamente com a temática P-A, iniciando o processo que culminaria com a criação do GT em 1990. Desta fase têm-se quatro trabalhos: dois que abordam a relação migração-saúde-poluição; um sobre condições de vida; e outro sobre política ambiental.

A terceira fase, chamada de **Consolidação**, inicia-se em 1992, com a primeira

presença do GT no encontro da Abep. Naquele ano, o GT participou de pelo menos três sessões temáticas, discutindo temas como espaço urbano e a questão ambiental, estado e ecologia, impactos econômicos e populacionais de projetos industriais, recursos hídricos, emprego rural e degradação ambiental em áreas de favelas. Foram seis trabalhos que trouxeram elementos fundamentais ao grupo, como as questões de produção do espaço urbano e a associação perversa entre degradação ambiental e social.

Em 1993 foi publicado o primeiro livro do GT, uma coletânea organizada por George Martine (1993b): *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Os temas refletiram diretamente os dois últimos encontros, com nove artigos que eram um “choro de nascimento” de um grupo e de uma temática. Pouca Demografia mas muitas preocupações legítimas no campo urbano-ambiental dão o tom ao livro que, embora bastante vinculado àquele momento de desenvolvimento do grupo (a preocupação em diferenciar os estudos P-A do debate neomalthusiano), continua a ser referência fundamental a um público bastante amplo.

A partir de 1994, o grupo passou a ganhar, gradativamente, consistência e novos componentes, o que deu respaldo aos oito trabalhos apresentados nas duas sessões daquele ano, com os temas “Novos padrões de urbanização e problemas ambientais” e “População em situação de risco ambiental”.

Em 1996, os dez trabalhos foram discutidos em três sessões: “Populações em situações de risco ambiental”; “População e qualidade de vida”; e “Políticas públicas, população e meio ambiente”. No encontro de 1998, o GT organizou, além de três sessões (“Assentamentos Rurais e Meio Ambiente”, “Políticas Públicas e Meio Ambiente”, “Qualidade de Vida nas Megacidades”), totalizando 12 trabalhos, uma mesa redonda intitulada “Os desafios da demografia 200 anos após Malthus: planejamento e impactos ambientais”.

O maior desdobramento do encontro de 1998 foi a organização do segundo livro coletivo do grupo (*População e meio ambi-*

ente: debates e desafios). Haroldo Torres e Heloisa Costa se encarregaram de coordenar o processo de seleção das contribuições que vinham sendo discutidas no interior do grupo, ao longo dos últimos anos, culminando com sua publicação em 2000, o que se tornou marco importante na evolução e amadurecimento do GT (TORRES; COSTA, 2000).

Em comparação ao livro anterior, que era mais um aglomerado dos interesses dos pesquisadores, em boa parte ainda tangenciando a discussão sobre P-A, esta publicação apresenta significativos avanços, com o refinamento de muitos olhares e a ampliação das temáticas. As seções em que foram organizados os artigos ajudaram a cristalizar algumas das tendências temáticas principais do grupo. Além de uma seção reflexiva acerca do próprio campo, com três artigos, há outros três textos na seção “Capacidade de suporte em ambientes tradicionais”, quatro na seção “Novas configurações de ambientes em construção” e dois em “Riscos sociais e ambientes industriais”. Os temas riscos/vulnerabilidade, cidade/degradação social e ambiental e conflito população-recursos no enfoque regional consolidam-se como os grandes temas de interesse do GT.

No encontro nacional de 2000, outras duas sessões plenárias foram organizadas, “Indicadores de sustentabilidade” e “Trinta anos de Transamazônica: a recorrência dos projetos de infra-estrutura na Amazônia e seus significados demográficos e ambientais”, acompanhando os 12 trabalhos apresentados nas três sessões temáticas e os três apresentados em pôster. Os temas das sessões foram “Interações rurais-urbanas e meio ambiente”, “População e risco ambiental” e “A questão demográfica nas análises de impacto ambiental e nos instrumentos de planejamento e política ambiental”.

No intervalo entre os encontros de 2000 e 2002, o GT, em conjunto com a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), a Abep e o Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp), organizou sua terceira coletânea: *Population and environment in Brazil: Rio+10*, coordenada por Daniel Hogan, Elzá Berquó e Heloisa Costa, em inglês, com o objetivo de traçar um panorama das contribuições brasileiras

a esta discussão por ocasião da reunião Rio+10, em Johannesburgo, em 2002 (HOGAN; BERQUÓ; COSTA, 2002). Com este caráter, o livro não procurou refletir apenas o trabalho dos membros do GT; antes, os organizadores traçaram um quadro das questões que deveriam ser contempladas, angariando também contribuições de outros pesquisadores que discutissem tais temas, mesmo que não integrantes do GT.

Com a crescente abertura para os grupos de trabalho na programação da Abep, o grupo organizou em 2002 cinco sessões temáticas (totalizando 20 trabalhos), duas mesas redondas e expôs 12 pôsteres. As mesas tiveram como temas “Migração e ambiente: São Paulo e Centro-Oeste” e “Implicações demográficas dos novos arranjos territoriais na gestão ambiental”. As sessões temáticas foram “Justiça socioambiental, populações excluídas e movimentos sociais”, “População, meio ambiente e processos de gestão”, “Políticas públicas e população: vulnerabilidade, adensamento e condições de habitabilidade”, “Políticas públicas e populações em situação de risco/vulnerabilidade socioambiental” e “Políticas públicas e populações em situação de risco/vulnerabilidade socioambiental – II”.

Em 2003 foi organizado o primeiro encontro intermediário do GT, em conjunto com os grupos de trabalho de Migração e de População e Trabalho, com o título “Encontro Transdisciplinar sobre Espaço e População”. A idéia foi pôr em discussão uma temática de interesse comum: as definições e redefinições entre o campo e a cidade e a problemática das delimitações oficiais. O GT se reuniu para discutir os oito trabalhos encaminhados.

Em 2004, foram apresentados 24 trabalhos, organizados em seis sessões temáticas, cujos temas reforçaram as tendências históricas do grupo: “Justiça socioambiental, conflitos de uso e populações em situação de risco/vulnerabilidade”; “Políticas públicas e processos de gestão ambiental: aspectos populacionais”; “População, meio ambiente e território: metodologias de investigação”; “Condições de vida e condições ambientais: em busca de metodologias para análise integrada”; “Implicações socioambientais

da redistribuição espacial da população brasileira”; e “Amazônia: novos e antigos dilemas”. Foram realizadas também duas plenárias: “Perspectivas para o século XXI: mudanças ambientais globais e padrões de consumo”; e “Urbanização, desigualdade e movimentos migratórios”, esta organizada em conjunto com o GT de Migração.

O segundo encontro intermediário, agora sem a companhia dos outros grupos de trabalho, foi organizado em 2005, tendo como foco “População e Meio Ambiente: metodologias de abordagem”, com um especial interesse na abordagem espacial e a proposição de organizar um livro (que se concretizou neste número especial da *Rebep*) que discutisse a evolução do campo e o instrumental metodológico desenvolvido no interior do grupo. Seria um aceno para a consolidação? Nossa expectativa é que ele possa marcar no futuro uma passagem de fase, do período da consolidação para o de discussão epistemológica de uma base teórico-metodológica própria do campo, fortalecendo o aspecto demográfico e redesenhando as relações com as temáticas e disciplinas colaboradoras.

O XV Encontro da Abep, realizado em setembro de 2006, foi marcado por esta busca de consolidação e, ao mesmo tempo, de ampliação do escopo do grupo. O tema geral da chamada de trabalhos foi “População e meio ambiente, impactos ambientais, uso e ocupação do solo”, cuja resposta foi mais de 60 trabalhos encaminhados, dos quais 20 compuseram as cinco sessões temáticas, quatro foram expostos na sessão “Jovens pesquisadores”, 13 apresentaram-se como pôsteres e outro foi incorporado à mesa-redonda organizada pelo GT – “População e meio ambiente: além da pressão dos números sobre os recursos”. Os temas das sessões expressam o momento que o GT está atravessando, com atenção nas questões metodológicas (“População e meio ambiente: novas abordagens e discussões” e “População e meio ambiente: questões metodológicas”), além da presença de temas permanentes (“População e meio ambiente: questões urbanas e metropolitanas”), novos (“Dinâmicas populacionais e o consumo do espaço

urbano”) e aqueles que há algum tempo não eram discutidos (“População e meio ambiente: relações com a morbidade e a mortalidade”).

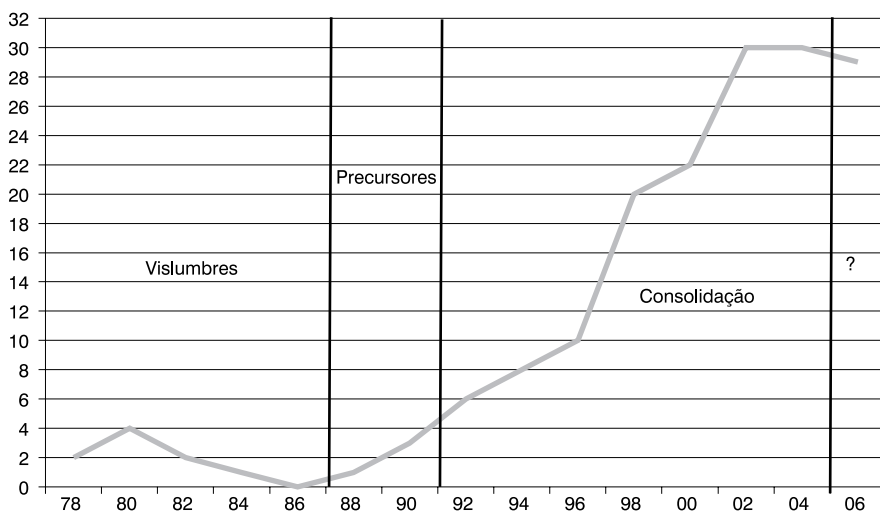
Além destas atividades, alguns membros do grupo organizaram uma sessão especial, demandada pela direção da Abep, sobre “Demografia Aplicada, Demografia Intra-Urbana, Planejamento, Geodemografia”, a qual recebeu um número considerável e até certo ponto surpreendente de trabalhos que, se de um lado também fazem parte do escopo de interesses do GT, de outro, não estavam sendo encaminhados para ele. As três sessões organizadas, com quatro trabalhos cada uma, tiveram os seguintes temas: “Demografia para o planejamento urbano e regional”; “Demografia intra-urbana” e “Geodemografia”, além de uma sessão de pôsteres com 13 trabalhos. Três eixos que se converteram em temas de sessões são questões tradicionalmente abordadas no GT (planejamento urbano e regional, a cidade e as novas tecnologias de informação), mas que nos últimos encontros não têm freqüentado com tanta força as sessões. Esta experiência ajudou

a apontar interesses e demandas que são importantes para o GT e que precisam ser incorporados, estando clara sua pertinência e lugar dentro do grupo, contribuindo assim no seu direcionamento pós-encontro, inclusive na redefinição do seu nome, como veremos adiante.

O Gráfico 1 mostra a série histórica de trabalhos apresentados sobre a temática (a partir de 1992, apenas aqueles relacionados ao GT), podendo-se verificar a ascensão contínua do grupo e o novo patamar que adquiriu, com maior espaço aberto aos grupos de trabalho na Abep, onde tem se mantido desde 2002.

Não é demais lembrar que, nos últimos dez anos, com o aumento e o processo de avaliação da pós-graduação no Brasil, houve um incremento tanto de pessoas dedicadas à pesquisa quanto no sentido da necessidade de publicar. Isto se reflete no tamanho dos eventos, que registraram sensível crescimento em todos os campos. Assim, observar no gráfico o número de trabalhos aponta que a temática teve como responder ao espaço que lhe foi aberto no âmbito da Associação. No entanto, permanece oculto

GRÁFICO 1
Trabalhos do GT População e Meio Ambiente em sessões e mesas dos encontros nacionais e reuniões intermediárias da Abep, por fase 1978-2006



Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias (<http://www.abep.org.br/>).

o fato de até que ponto tais trabalhos e sessões estão comprometidos com o campo propriamente demográfico (e, em alguns casos, até mesmo populacional).

A análise por autor, a partir do seu comprometimento com a temática e com o GT, ajuda a qualificar melhor estes dados e a considerar de forma ponderada este crescimento do volume de produção associada ao GT.

Análise internalista

A análise que faremos a seguir concentra-se especificamente nos membros do grupo, separando-os de acordo com seu papel no quadro histórico traçado. Esta classificação não é um reflexo direto da análise anterior da produção do grupo, mas se baseia no desenvolvimento qualitativo da temática, avaliando-se principalmente quatro critérios: (1) presença e produção nos encontros e publicações do GT; (2) reconhecimento do grupo da pertinência e importância de seu trabalho para a temática; (3) compromisso com os estudos de P-A de um ponto de vista demográfico; e (4) envolvimento e colaboração continuada. A partir de tais critérios, podemos distinguir três categorias de autores que podem ser classificados como o núcleo duro do campo no Brasil:

- **Primeira Geração:** abepianos de longa data (todos fundadores), com papel central no grupo desde as duas primeiras fases (Vislumbres e Precursores);
- **Segunda Geração:** os que têm o mesmo papel central no grupo, mas que começaram a participar ativamente a partir da terceira fase (Consolidação);
- **Terceira Geração:** recém-doutores que têm envolvimento ativo com o grupo e a temática principalmente nos anos 2000, compondo também este núcleo central.

Os demais autores foram classificados em duas outras categorias, que não atendem em sua totalidade aos critérios anteriores: os **Interlocutores**, que são pesquisadores de outras áreas do conhecimento que têm constantemente dialogado com o grupo, contribuindo para seu desenvolvimento, com reconhecimento por parte do grupo da importância e contribuição para o desenvolvimento do GT, mas que não têm compromisso específico com a Demografia; e os **Participantes Ocasionais**, que são aqueles que apareceram uma ou mais vezes, mas, por qualquer motivo, acabaram não estabelecendo uma colaboração continuada com o GT. Muitos destes são estudantes de pós-graduação, pesquisadores de outras áreas que encontram em dado momento abertura temática para ir à Abep discutir seu trabalho, ou abepianos que ocasionalmente estabelecem pontes entre sua temática de origem e os debates P-A, em especial aqueles ligados ao GT de Migrações. Alguns destes autores poderão no futuro integrar-se de forma mais estreita ao GT, mas não consolidaram tais posições até o momento.

Toda nossa análise está esteada nestas cinco categorias, a partir das quais produzimos uma tabulação da produção do grupo (trabalhos nos encontros nacionais e nos intermediários, participação em mesas, artigos publicados na *Rebep*, até o volume 23, n.2, de 2006, e textos publicados nos três livros do grupo). Nesta tabulação, como estamos considerando o papel das categorias de autor, contamos por autoria, e não por artigo, ou seja, um artigo que possui quatro autores aparece quatro vezes na tabulação. Estes dados correspondem ao período a partir de 1988, pois a fase de Vislumbres é muito incipiente em referências a P-A.

A Tabela 1 mostra a produção do grupo organizada por categorias de autor. Listamos a produção por autor nas três gerações e nos Interlocutores, enquanto para os Participantes Ocasionais os dados estão agregados.⁵ O Gráfico 2 apresenta o

⁵ A lista completa de todos os autores e sua respectiva produção encontra-se disponível no sítio do GT: <<http://www.dpi.inpe.br/espacosociedade/gt/>> .

TABELA 1
Produção do GT População e Meio Ambiente
nos encontros nacionais, reuniões intermediárias e publicações da Abep, segundo categorias de autor
1988-2006

Categorias de autor	Participação em				
	Sessões	Mesas	Livros	Rebep	En. inter.
Primeira Geração					
Daniel Joseph Hogan	6	4	4	5	2
Donald Sawyer	-	6	2	-	-
George Martine	-	1	2	3	-
Total	6	11	8	8	2
Segunda Geração					
Haroldo da Gama Torres	5	4	3	3	1
Heloisa Soares de Moura Costa	6	1	2	-	2
John Sydenstricker-Neto	1	1	1	1	-
Roberto Luís de Melo Monte-Mór	2	2	2	-	1
Roberto Luiz do Carmo	3		2	1	1
Total	17	8	10	5	5
Terceira Geração					
Alisson Barbieri	2	-	-	-	-
Alvaro D'Antona	3	-	-	-	-
Humberto Prates da Fonseca Alves	4	-	1	1	2
Marley Vanice Deschamps					
Total	9	0	1	1	2
Interlocutores					
Antônio Miguel Vieira Monteiro	-	1	-	-	1
Carlos Bernardo Vainer	-	-	1	-	-
Eduardo Magalhães Ribeiro	6	-	1	-	-
Eduardo Nunes Guimarães	1	1	1	-	-
Flávia Maria Galizoni	6	-	1	-	-
Gilberto Câmara	-	-	-	-	1
Henri Acselrad	1	1	-	-	-
Marília Steinberger	4	-	-	-	1
Suzana Pasternak Taschner	3	1	1	1	1
Tânia Moreira Braga	5	-	1	-	-
Total	26	4	6	1	4
Participantes Ocasionais					
Participações	169	14	20	2	22

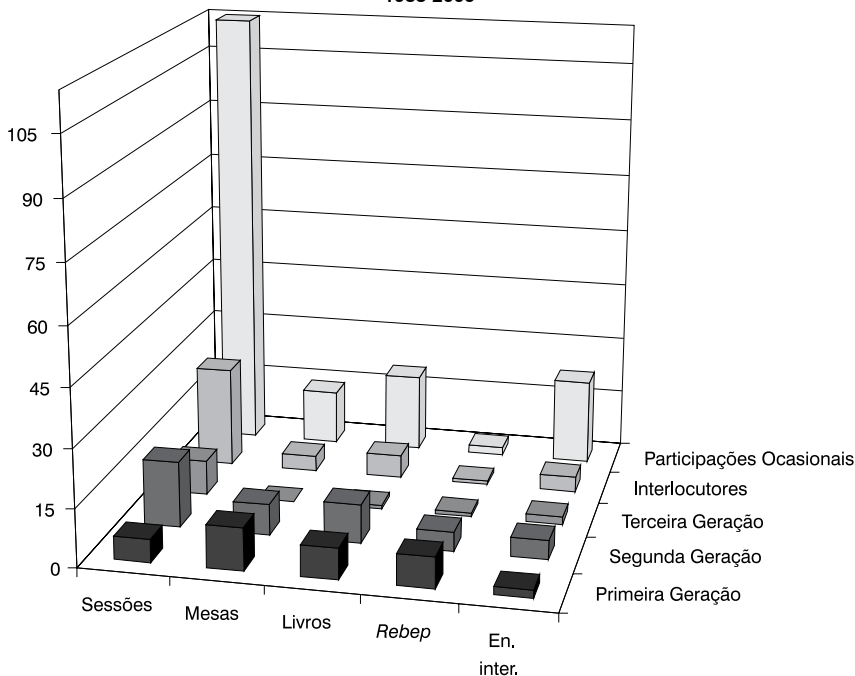
Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias; índices da *Rebep* e dos livros do GT (MARTINE, 1993a; TORRES; COSTA, 2000; HOGAN; BERQUÓ; COSTA, 2002) (<http://www.abep.org.br/>).

total desta produção por categoria de autor e tipo de produção, de 1988 a 2006.

Nota-se, no Gráfico 2, a relação entre a produção das categorias e o papel pre-

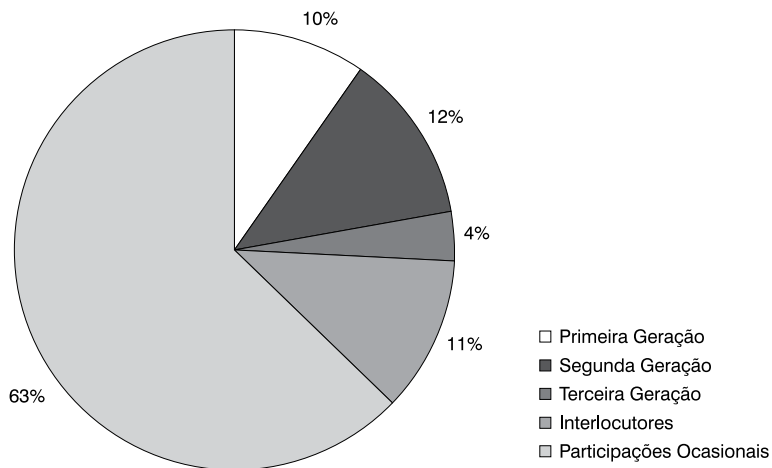
ponderante, em termos de quantidade, dos Participantes Ocasionais, principalmente nos eventos. Mesmo somando-se todos os outros trabalhos, estes não têm o mesmo

GRÁFICO 2
Produção do GT População e Meio Ambiente, por tipo, segundo categorias de autor
1988-2006



Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias; índices da *Rebec* e dos livros do GT (MARTINE, 1993a; TORRES; COSTA, 2000; HOGAN; BERQUÓ; COSTA, 2002) (<http://www.abep.org.br/>).

GRÁFICO 3
Distribuição da produção do GT População e Meio Ambiente, por categorias de autor
1988-2006



Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias; índices da *Rebec* e dos livros do GT (MARTINE, 1993a; TORRES; COSTA, 2000; HOGAN; BERQUÓ; COSTA, 2002) (<http://www.abep.org.br/>).

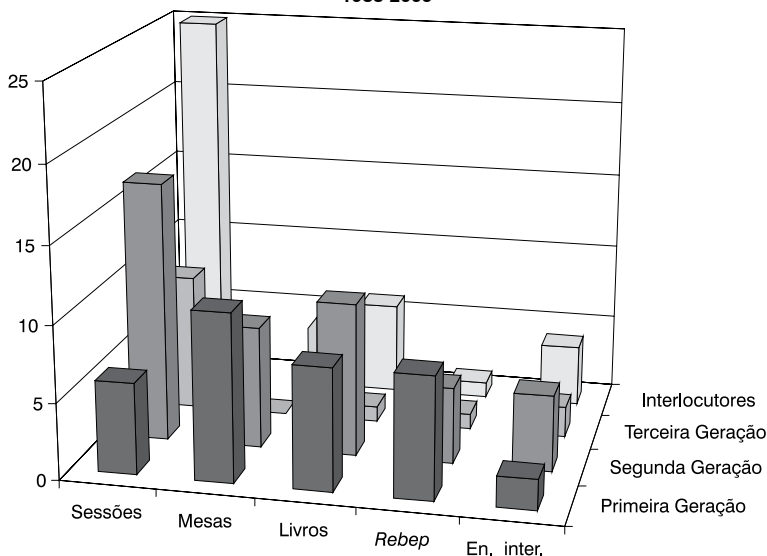
volume daqueles (Gráfico 3). A ausência dos Participantes Ocasionais na *Rebep*, por exemplo, expressa sua pouca relação com o grupo e com a Demografia de uma maneira mais ampliada, mas verifica-se sua participação significativa nos livros e nas mesas, o que pode ser entendido como a necessidade de trazer interlocutores para debater temas de interesse comum. Por outro lado, há um certo equilíbrio no peso das demais categorias (excluindo-se a Terceira Geração), perfazendo juntas 33% do total da produção. As três gerações somadas (que podem ser consideradas o núcleo duro do grupo) perfazem apenas 26% do total da produção, confirmando a tendência de abertura e busca de diálogo.

O Gráfico 4 mostra os mesmos dados do Gráfico 2, mas sem os Participantes Ocasionais, para permitir uma melhor visualização sem a distorção causada pelo valor destes. O papel da Segunda Geração e dos Interlocutores nas sessões temáticas dos encontros e a presença constante da Primeira Geração ficam mais evidentes neste gráfico. Entretanto, a ainda pouca produção da Terceira Geração (em geral, recém-doutores) também se destaca.

Entre os Participantes Ocasionais, a maioria (80%) teve apenas uma única participação (em qualquer modalidade), ou seja, somente uma pequena porcentagem retornou ou continuou o contato com o grupo (Gráfico 5). Embora muitos destes possam ser alunos de mestrado ou doutorado dos membros da Primeira e Segunda Gerações ou dos Interlocutores, o não retorno atesta seu não envolvimento continuado com a temática. Mesmo no caso de alguns que voltaram mais vezes (três a seis participações), este retorno pode ser explicado pelo interesse em temas correlatos ou, algumas vezes, um interesse maior na dimensão ambiental da questão. Muitos destes interesses podem ter sido absorvidos pelos encontros da Anppas, Anpocs ou da Anpur, além de outros fóruns que têm possibilitado, no campo das Ciências Sociais, dar vazão à discussão ambiental.

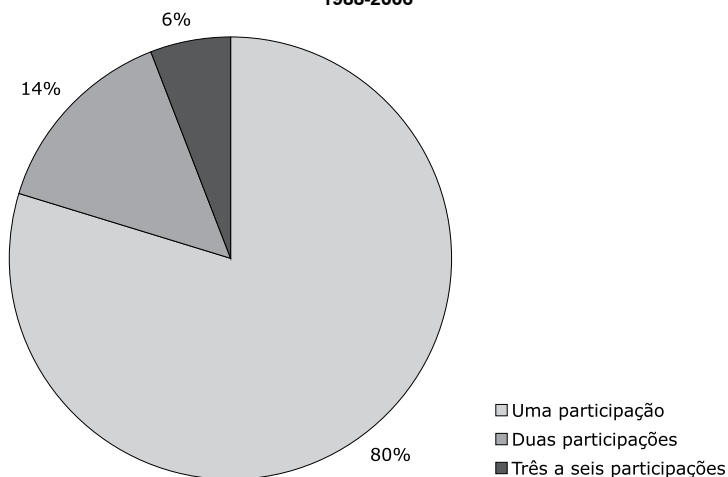
Outra explicação possível é o embate entre a dimensão populacional da discussão e aquela propriamente demográfica. Esta talvez seja uma questão maior no âmbito da própria Abep, mas que produz rebatimentos na organização dos grupos de trabalho e no desenvolvimento das temáticas. P-A é uma

GRÁFICO 4
Produção do GT População e Meio Ambiente, por tipo, segundo categorias de autor
(exceto Participantes Ocasionais)
1988-2006



Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias; índices da *Rebep* e dos livros do GT (MARTINE, 1993a; TORRES; COSTA, 2000; HOGAN; BERQUÓ; COSTA, 2002) (<http://www.abep.org.br/>).

GRÁFICO 5
Distribuição dos Participantes Ocasionais em produções do GT População e Meio Ambiente,
por número de participações
1988-2006



Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias; índices da *Rebep* e dos livros do GT (MARTINE, 1993a; TORRES; COSTA, 2000; HOGAN; BERQUÓ; COSTA, 2002) (<http://www.abep.org.br/>).

expressão ampla o suficiente para abarcar um número razoável de perspectivas. Isto é de certa forma proposital, pois as questões abordadas na discussão são razoavelmente amplas. No entanto, esta abertura também possui o risco de a discussão ficar tão ampla que não possua um foco específico, havendo o predomínio de debates correlatos em detrimento das questões centrais. E neste sentido o volume tão grande de Participantes Ocasionais, principalmente nos eventos do GT, faz pensar em até que ponto esta pluralidade é proveitosa para o grupo (enriquece por introduzir novos temas e metodologias) ou prejudicial (dificulta a sistematização epistemológica e ajuda a desfocar as questões propriamente demográficas).

É evidente que P-A é um campo essencialmente interdisciplinar, mas a construção do estatuto epistemológico de um campo ambiental específico na Demografia tem de ser foco de preocupação, uma vez que a própria identidade e legitimidade do GT diante da Abep podem ser consideradas uma questão em aberto enquanto esta transição metodológica não for completada.

Um ponto importante a se destacar é o ainda pequeno número de artigos na

Rebep (reforçado agora com a edição deste número especial). Os dados expressos nos gráficos totalizam apenas 14 textos, dos quais cinco são resenhas.⁶ Talvez seja necessário preocupar-se mais em “marcar presença” no principal veículo de comunicação científica da demografia brasileira e, ao mesmo tempo, utilizar este espaço na delimitação mais clara das variantes demográficas da discussão.

Outra sistematização elaborada foi a participação histórica nos encontros da Abep (nacionais e intermediários), segundo as respectivas categorias (Tabela 2). Neste caso, a classificação considerou a categoria do primeiro autor, já que a intenção é considerar a natureza do trabalho. Os dois primeiros encontros nacionais (1978 e 1980) tiveram apenas discussões em sessões plenárias (mesas-redondas), não havendo submissões de trabalhos para apresentação em sessões temáticas. O encontro de 1986 foi o único no qual não se identificou nenhuma referência à temática P-A.

É evidente o papel numérico dos Participantes Ocasionais nos encontros nacionais, desde que estes passaram a contar com submissões de trabalhos e com a organização de sessões temáticas.

⁶ Todos os números da *Rebep* estão disponíveis para consulta e leitura no sítio da Abep (<http://www.abep.org.br/>).

TABELA 2
Trabalhos do GT População e Meio Ambiente em encontros nacionais e reuniões intermediárias da Abep, por fase, segundo categorias de autor 1978-2006

Categorias de autor	Vislumbres (1)					Precursores		Consolidação								?		Total
	78	80	82	84	86	88	90	92	94	96	98	00	02	03	04	05	06	
Primeira Geração	-	-	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	5
Segunda Geração	-	-	0	0	0	0	0	1	2	1	3	0	3	1	2	1	0	14
Terceira Geração	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	1	1	2	8
Interlocutores	-	-	0	0	0	0	0	1	0	2	1	3	5	1	5	2	2	22
Participantes Ocasionalmente	-	-	2	0	0	0	2	4	6	7	7	5	11	6	16	6	20	92
Total	0	0	2	1	0	1	3	6	8	10	12	12	20	8	24	10	24	117

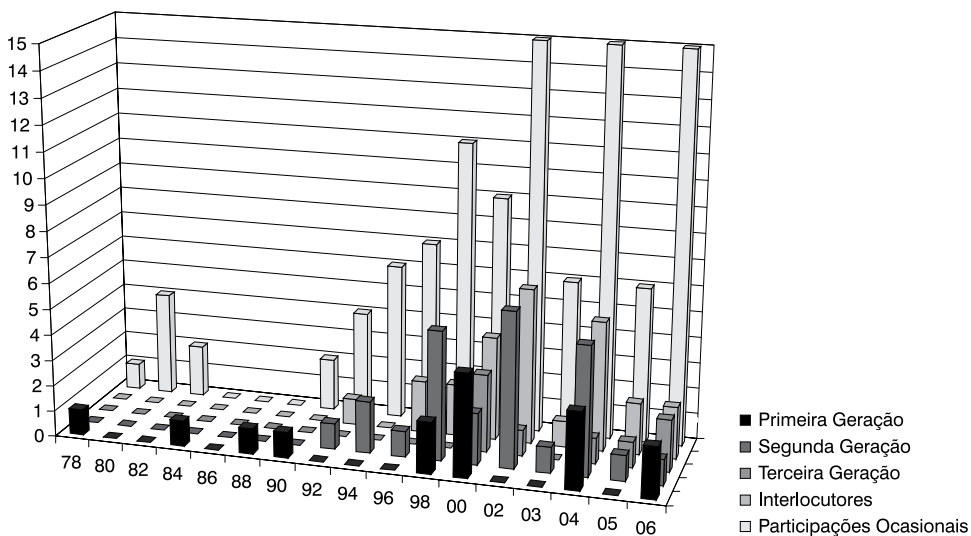
Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias (<http://www.abep.org.br/>).

(1) Não incluído na produção por autores. Nos dois primeiros encontros não houve apresentação de trabalhos em sessões.

O Gráfico 6 mostra estes dados somando as participações em mesas redondas (sem que a diferença entre as categorias de autor se altere significativamente), mostrando uma tendência de aumento crescente dos Participantes Ocasionalmente, apenas com uma pequena queda em 2000, mas com uma forte retomada nos encontros seguintes (2002, 2004 e 2006).

Podemos notar que a participação absoluta de Participantes Ocasionalmente cresce nos primeiros anos do GT, num período em que o grupo ainda estava se organizando. A partir de 2002, no entanto, há um salto, tornando-a significativamente maior em relação às demais categorias. Isto reflete tanto a abertura que o GT deu a novos trabalhos, quanto o aumento do espaço de discussão

GRÁFICO 6
Participação do GT População e Meio Ambiente em sessões e mesas dos encontros nacionais e reuniões intermediárias da Abep, por categorias de autor 1978-2006



Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias (<http://www.abep.org.br/>).

que a própria Abep abriu aos grupos, superando assim a capacidade dos membros do GT em preencher este espaço. O gráfico também mostra a constância da Primeira e Segunda Gerações e dos Interlocutores, compondo a espinha dorsal do grupo.

O Gráfico 7 permite observar a proporção relativa de cada categoria em cada encontro. Aqui incluímos apenas os dados a partir da segunda fase de desenvolvimento (Precursores), quando iniciou-se a produção específica na área. Também evidencia-se a porcentagem de participação, bem como o número absoluto, de cada categoria, deixando mais evidente o processo que mencionamos anteriormente.

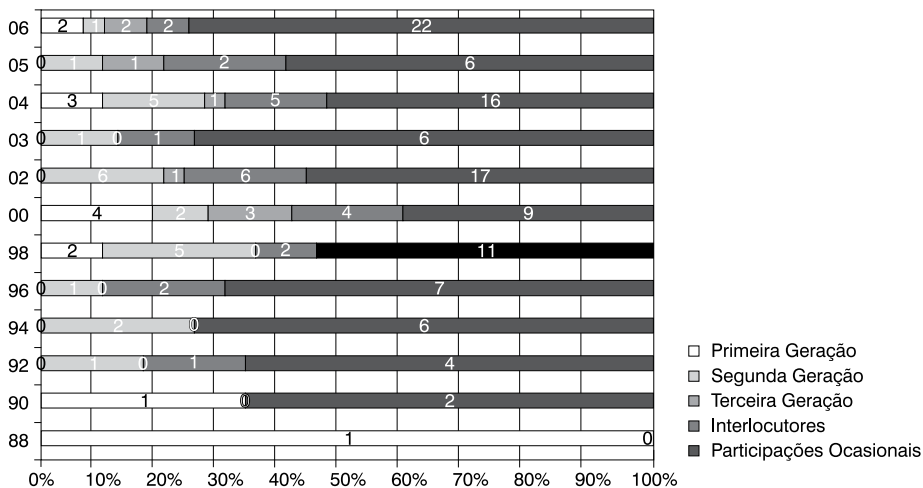
Verifica-se, também, que 1998 foi o primeiro ano em que as demais categorias somadas superaram os Participantes Ocasiais. No entanto, esta situação só se manteve até 2000, pois em 2002, 2003 e 2004 a balança voltou a pender para aquele lado. No encontro intermediário de 2005, a situação se inverteu novamente, mas não se manteve em 2006, talvez devido à participação de alguns membros do GT na sessão sobre “Demografia Aplicada, Demografia Intra-Urbana, Planejamento, Geodemografia”, e à própria abertura para participação

de novos integrantes. O resultado destes anos está sintetizado no Gráfico 8, em que se observa uma significativa vantagem no total geral histórico dos Participantes Ocasiais (67%) sobre as demais categorias (33%).

O conjunto destes dados indica que houve momentos distintos no desenvolvimento do grupo, no sentido de acolher mais ou menos trabalhos “extra-grupo”, o que refletia em parte a ausência dos componentes do próprio grupo, mas também a sempre necessária abertura para temáticas e pesquisadores correlatos. No entanto, um dos desafios que emergem deste sobrevôo sobre a produção do grupo é a necessidade de reflexão acerca do significado deste quadro em termos da consolidação e avanço epistemológico do campo. É necessário avaliar como os trabalhos de pessoas que participam uma, duas ou três vezes apenas, em geral pouco ou nada comprometidas com a Demografia, são absorvidos pelo grupo e, de outro lado, até que ponto tais estudos têm contribuído para o desenvolvimento da problemática. Estaria aí a principal explicação para a ainda não formulação clara de uma problemática demográfica, ou esta responsabilidade

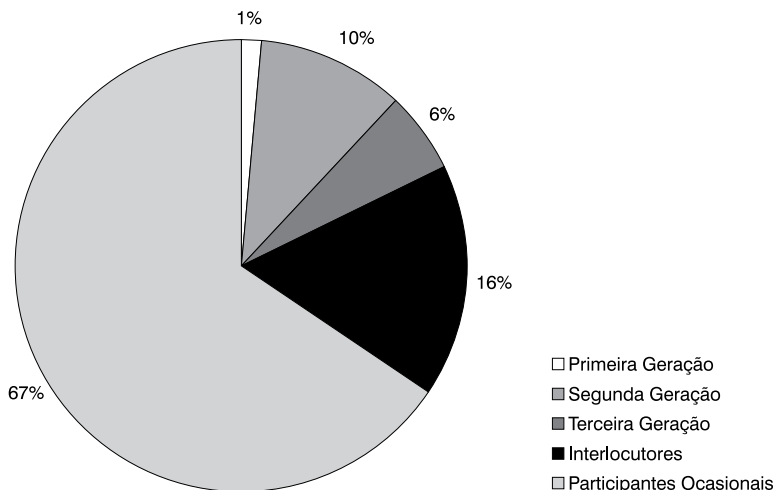
GRÁFICO 7

Participação do GT População e Meio Ambiente em sessões e mesas dos encontros nacionais e reuniões intermediárias da Abep, por categorias de autor a partir da fase Consolidação – 1988-2006



Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias (<http://www.abep.org.br/>).

GRÁFICO 8
Distribuição dos trabalhos do GT População e Meio Ambiente nos encontros nacionais e reuniões intermediárias da Abep, por categorias de autor 1992-2006



Fonte: Programas dos Encontros Nacionais e Reuniões Intermediárias (<http://www.abep.org.br/>).

está mais com os componentes das três gerações? Não há dúvidas de que todos aqueles que têm participado ao longo deste desenvolvimento tiveram sua parcela de contribuição. A questão aqui envolve a direção que o grupo quer tomar e o papel que atribuirá a cada uma destas contribuições que recebe continuamente.

Os dados são apenas indicativos do “mapa” da produção. Identificar o papel de cada categoria de autor e as modalidades de produção em que aparece com maior frequência ajuda a compreender aspectos que são relevantes para o amadurecimento da temática. Cada tipo de produção tem, do ponto de vista científico, um peso e um objetivo diferentes. É evidente que um evento como o da Abep, mesmo sendo organizado a partir dos GTs, atrai a atenção e o interesse de um público amplo que não está comprometido com o desenvolvimento de uma temática específica, diferentemente da *Rebep*, que divulga e expressa o conjunto de interesses e temáticas propriamente demográficas da comunidade brasileira.

Por outro lado, as gerações possuem papéis diferentes e complementares neste desenvolvimento. A Primeira, ligada às fases dos Vislumbres e dos Precursores,

teve que vencer barreiras e justificar diante da comunidade demográfica a pertinência da temática ambiental, ao mesmo tempo em que procurava incorporar a seus próprios temas de interesse este novo olhar. A Segunda Geração, que se associou ao GT na década de 90, já tem outro cenário intelectual: a questão ambiental é amplamente aceita e há um crescente esforço nas Ciências Sociais de incorporá-la, o mesmo acontecendo nos âmbitos políticos e governamentais. Com formação nos anos 70 e 80, os estudiosos também vêm de tradições de pesquisa que, a princípio, não possuem a questão ambiental em foco. Sua participação se dá no sentido de consolidar uma área na Demografia brasileira, trazendo seus interesses e pressupostos teórico-metodológicos para o interior do grupo. É por isso que a Segunda Geração é também uma das mais ativas, uma vez que são pesquisadores que já fizeram seus doutorados dentro da temática, com outras histórias de pesquisa, possuindo condições de contribuir de maneira mais efetiva na consolidação do campo.

A Terceira Geração, por outro lado, tem um papel a desempenhar ainda. Esses estudiosos, que concluíram recentemente seus

doutorados e ainda estão iniciando suas carreiras, podem possuir uma produção numericamente pequena, mas orientam suas pesquisas e interesses aos estudos de P-A. Com formação nos anos 90, são pesquisadores que já possuem seus interesses desde cedo vinculados à temática ambiental, sendo a primeira geração que é consolidada a partir de temáticas estabelecidas pelo grupo. Este é um sinal de amadurecimento do tema: se as duas primeiras gerações mais trouxeram questões, problemas e pressupostos teórico-metodológicos, a Terceira é a primeira a ter um cenário consolidado com problemáticas específicas, que já têm um histórico de discussão e que precisam ser desenvolvidas.

Tanto os Interlocutores quanto os Participantes Ocasionais são grupos muito mais heterogêneos em suas motivações para participar do grupo. Mesmo incluindo pessoas que se associaram em diferentes momentos, eles mantêm uma constância significativa que não dá sinais de diminuir. Os dados indicam que estes grupos, em termos de espaço nas publicações e eventos, possuem uma participação bastante relevante, e por isso o GT precisa avaliar o que esperar destes e em que medida é necessário exigir, também deles, uma maior atenção às questões demográficas. Como ambos não têm um comprometimento estrito com a temática P-A do ponto de vista demográfico, cabe às três gerações refletirem sobre este papel e estabelecerem os termos deste diálogo e participação.

Evolução temática e metodológica

Os temas tratados ao longo destes 17 anos têm sido amplos e variados. Elaboramos uma sistematização panorâmica, procurando colocar em relevo as tendências e os horizontes principais, sem realizar uma análise pormenorizada de todo o conjunto desta ampla produção. Tanto a intencionalidade (a direção dada aos eventos, os temas das sessões, as propostas de trabalho) quanto a efetividade (aqueles temas permanentes que foram incorporados ao grupo às vezes de forma imprevista) serão colocadas em perspectiva. Além disso, por

constituírem produções de maior fôlego, além de seu caráter de inovação temática e metodológica, as nove teses de doutorado defendidas na área serão objeto de atenção especial, principalmente no que tange aos aspectos metodológicos relevantes para a discussão em tela: a abordagem espacial; a discussão metodológica sobre as escalas; e a aplicação e uso de metodologias quanti-quali.

Abordagem espacial nos estudos P-A

No início, a discussão concentrou-se muito na relação com o desenvolvimento (SAWYER, 1993; MARTINE, 1993c), estando o debate muito vinculado às políticas públicas, à gestão e ao planejamento regional, ligando-se, a partir daí, com a discussão ambiental. Em vista disso, o enfoque preponderante centrou-se no embate população *versus* recursos, trazendo daí visões neomalthusianas de explicação da poluição e da degradação ambiental vinculada, sobretudo, à pressão do número populacional sobre o ambiente. A noção de capacidade de suporte foi freqüentemente evocada de forma simplista e descontextualizada em relação às dinâmicas política, social e cultural do lugar (HOGAN, 1993; LEFF, 1993). A primeira coletânea organizada pelo grupo refletiu esta orientação (o título *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições* já atesta isso), com um nítido esforço inicial de incorporar os temas desenvolvimento e ambiente ao escopo das preocupações populacionais, sem, no entanto, uma delimitação clara de questões demográficas na maior parte dos artigos (MARTINE, 1993a).

A questão do consumo aparece derivada desta discussão, ligada ao uso dos recursos e às necessidades e demandas que uma população exige de seu ambiente (SAWYER, 1993). Este debate, embora tenha permanecido pouco explorado pelo grupo, voltou nos últimos anos a chamar atenção, apontando talvez para uma direção pouco explorada que se mostra essencial para a discussão (SAWYER, 2002; MELLO; HOGAN, 2006).

Mas quando se pensa no núcleo central da questão P-A, parece haver um certo consenso de qual a porta da Demografia usada

por estes estudos: a **distribuição espacial da população** (HOGAN, 1991, 2000; MARTINE, 1991, 2001a, 2001b). A partir deste núcleo gravitam diferentes temas de interesse que podem ser divididos em duas escalas espaciais que orientam a tematização e a análise: a cidade e a região. As duas escalas estão relacionadas ao recorte epistemológico escolhido pelos autores no tratamento das questões, selecionando a partir de tal escolha os fenômenos e processos que a abordagem investiga (MARANDOLA JR., 2004).

Sobre a cidade, há estudos a respeito das condições de vida, segregação e favelização, perigos ambientais, metropolização, *urban sprawl*, pobreza, poluição, impactos ambientais e a questão do planejamento e da gestão da cidade. Os trabalhos regionais enfocam capacidade de suporte em ecossistemas, manejo e uso de recursos naturais, uso e cobertura da terra, desmatamento, colonização da fronteira, relações de trabalho no campo, recursos hídricos, unidades de conservação, bacias hidrográficas e a influência de especificidades culturais e demográficas no relacionamento P-A. Na verdade, quase todos estes temas podem ser trabalhados em ambas as escalas, de forma separada ou articulada.

Alguns destes talvez não sejam exatamente temas, mas enfoques metodológicos. Na introdução da segunda coletânea do GT, Torres e Costa (2000) listam os quatro temas predominantes, em sua leitura: capacidade de suporte; risco ambiental; qualidade de vida; e implicações ambientais e sociais do processo de urbanização. Estes também se aproximam mais de enfoques metodológicos do que de temas, embora possamos confirmar sua permanência nos títulos das sessões temáticas dos encontros da Abep, indicando a intencionalidade e o interesse em torno destas questões (Tabela 3). Os autores ainda afirmam que os trabalhos têm como pano de fundo a busca por uma “maior justiça socioespacial” e “equidade ambiental”, o que poderia ser encarado como valor e direção ideológica.

No entanto, dois eixos temáticos podem ser considerados mais amplos: **situações de risco e vulnerabilidade e mobilidade**. Estes talvez sejam o pano de fundo principal

dos trabalhos, por constituírem o enfoque que direciona os autores a tratarem a questão da distribuição da população no espaço sob a ótica P-A. Em grande medida, a perspectiva do risco dita a forma como se encaram os conflitos entre população, recursos e Estado, e a migração é o principal componente da dinâmica demográfica que influencia as problemáticas estudadas, seja na escala regional ou urbana. A Figura 1 sistematiza estes temas, enfoques e escalas.

A questão escalar é fundamental para estes estudos, já tendo sido apontada como essencial ao campo (TORRES, 2000; HOGAN, 2000; BREMNER; BILSBORROW, 2005). Ela é uma das entradas mais importantes da abordagem espacial, por contribuir enquanto recorte epistemológico de análise, e não apenas como recorte espacial. Neste sentido, seria de muito proveito para o grupo aprofundar as pesquisas transescalares, experimentando novas escalas de análise e desenvolvendo técnicas e metodologias que possibilitassem uma conversão maior de dados de diferentes escalas espaciais. Arizpe, Stone e Major (2002) chamam a atenção para a necessidade de incorporação de análises de escalas micro, focalizando comunidades e lugares específicos para possibilitar o aprofundamento da compreensão da relação P-A de uma maneira mais ampliada e complexa, o que envolve uma nova postura epistemológica de construção do problema e de encaminhamento metodológico.

As relações de causalidade não se constroem em apenas uma escala, sendo fundamental que na investigação sobre P-A haja a incorporação de escalas macro, médio e micro, para que possa haver a inter-relação entre os fatores causais e os termos de relacionamento entre a dinâmica populacional e o ambiente. A própria noção de ambiente, como tem sido trabalhada pelo grupo, não é sinônimo de ambiente físico. Adota-se a idéia dupla do ambiente construído (que além da materialidade inclui as instituições) e o ecossistema. Esta é uma influência clara da Ecologia Humana que, ao trazer a preocupação espacial/ambiental para as Ciências Sociais, procurou dar à natureza e ao seu relacionamento com a

TABELA 3
Trabalhos, segundo títulos das sessões organizadas pelo GT População e Meio Ambiente
nos encontros nacionais da Abep
1992-2006

Ano	Título da sessão	Número de trabalhos
	População e meio ambiente: novas perspectivas teóricas	2
1992	Atividade econômica, distribuição espacial da população e meio ambiente	5
	Saúde, população e meio ambiente	1
1994	Novos padrões de urbanização e problemas ambientais	4
	População em situação de risco ambiental	4
	Populações em situações de risco ambiental	3
1996	População e qualidade de vida	4
	Políticas públicas, população e meio ambiente	3
	Assentamentos rurais e meio ambiente	3
1998	Políticas públicas e meio ambiente	4
	Qualidade de vida nas megacidades	5
	Interações rurais-urbanas e meio ambiente	4
2000	População e risco ambiental	4
	A questão demográfica nas análises de impacto ambiental e nos instrumentos de planejamento e política ambiental	4
	Justiça socioambiental, populações excluídas e movimentos sociais	4
2002	População, meio ambiente e processos de gestão	4
	Políticas públicas e população: vulnerabilidade, adensamento e condições de habitabilidade	4
	Políticas públicas e populações em situação de risco/vulnerabilidade socioambiental – II	4
	Justiça socioambiental, conflitos de uso e populações em situação de risco/vulnerabilidade	4
	Políticas públicas e processos de gestão ambiental: aspectos populacionais	4
2004	População, meio ambiente e território: metodologias de investigação	4
	Condições de vida e condições ambientais: em busca de metodologias para análise integrada	4
	Implicações socioambientais da redistribuição espacial da população brasileira	4
	População e meio ambiente: questões urbanas e metropolitanas	4
	População e meio ambiente: novas abordagens e discussões	4
2006	População e meio ambiente: questões metodológicas	4
	População e meio ambiente: relações com a morbidade e a mortalidade	4
	Dinâmicas populacionais e o consumo do espaço urbano	4
Total		106

Fonte: Programas dos Encontros Nacionais (<http://www.abep.org.br/>).

sociedade um significado social (DUNCAN, 1959; MORAN, 1990).

Por outro lado, a Sociologia Ambiental, em desenvolvimento principalmente a partir das discussões da Ecologia Política, da Modernização Ecológica e da Sociedade de Risco, tem tido um papel fundamental nas posições do GT. Neste caso, a relação

P-A é vista de um ponto de vista mais geral, no contexto dos processos atuais de globalização e de mundialização (BECK, 1992; SPAARGAREN; MOL; BUTTEL, 2000; DUNLAP et al., 2002). Esta discussão desloca, portanto, as questões de um simples contexto circunscrito espaço-temporalmente (esta população neste lugar) para uma

FIGURA 1
Principais problemáticas e enfoques no estudo da relação
P-A no Brasil e suas escalas espaciais de análise



trama mais complexa de causalidades, envolvendo maior número de dimensões e escalas em sua análise.

Dentro da tradição crítica das Ciências Sociais, os estudos que enfocam as dinâmicas econômicas, sociais e políticas foram fundamentais para o desenvolvimento do campo. Tanto a abordagem espacial da economia regional quanto vertentes contemporâneas de consideração da produção social do espaço (como os estudos sobre segregação e pobreza) foram trazidas também ao interior do grupo como forma não apenas de contextualizar, mas sobretudo de complexificar a trama causal dos termos da relação P-A (LEFEBREVE, 1991; SOJA, 1993). As questões sobre produção e uso do espaço, interferências do grande capital em ecossistemas, segregação socioespacial do espaço urbano, políticas públicas e relações de responsabilidade sobre poluição foram incorporadas às dinâmicas demográficas e ambientais, ampliando consideravelmente o leque de relações e possibilidades enfocadas nos estudos.

Por outro lado, o avanço na compreensão dos estudos da relação P-A, a partir tanto da Ecologia Humana como da Sociologia Ambiental ou da Economia Regional, trouxe o espaço como elemento fundamental e, de certa forma, unificador do campo. Esta talvez seja uma das contribuições funda-

mentais dos estudos de P-A à Demografia: a incorporação definitiva da dimensão espacial ao seu escopo, tradicionalmente ocupado pela dimensão temporal.

Nesta linha, uma outra disciplina que tem contribuído para o desenvolvimento dos estudos, embora ainda não plenamente explorada pelo GT, é a Geografia. Com relações históricas com a Demografia, é uma parceira natural, embora no Brasil as duas não estejam, institucionalmente, tão próximas quanto estão no âmbito internacional, por motivos que não cabe aqui desenvolver. Isto se reflete na subutilização do escopo teórico-metodológico geográfico, que tem muito a contribuir aos estudos de P-A. A disciplina trabalha com as relações sociedade-natureza do ponto de vista espacial, discutindo todos os temas pertinentes ao grupo, além de ter servido ao longo destes anos de matriz para várias das questões abordadas no GT, como a discussão sobre riscos, perigos e vulnerabilidades (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006).

Todas estas contribuições têm sido absorvidas pelos estudos de P-A pelo menos de três formas: incorporação de temáticas antes não abordadas; colaboração interdisciplinar, com aproximação entre Demografia e outras áreas do conhecimento; e incorporação de metodologias de investigação. Por outro lado, este feixe de

influências também tem contribuído para a realização de abordagens transescalares, não apenas no espaço como no tempo, além da incorporação cada vez maior de dimensões antes não consideradas. A análise das teses defendidas expressa algumas das relações entre estas orientações e suas conseqüências metodológicas.

Escalas e metodologias quanti-quali

Um conjunto significativo de teses de doutorado, defendidas por integrantes do grupo a partir de 1995, é uma forte indicação da pujança da pesquisa nesse campo. As dissertações incluem a fruição de estudos de alguns dos primeiros membros do GT (COSTA, 1995; MONTE-MÓR, 2004; SYDENSTRICKER-NETO, 2004); em alguns casos são resultados diretos de discussões no interior do grupo (TORRES, 1997; CARMO, 2001); e também incluem trabalhos elaborados em estreito contato com o GT nos anos 2000 (D'ANTONA, 2003; DESCHAMPS, 2004; ALVES, 2004; BARBIERI, 2005).

Todos esses estudos refletem a preocupação central com as questões de distribuição populacional, mobilidade ou urbanização. Metade das teses ainda reflete o viés urbano do grupo, mas os processos de mobilidade e a ocupação de fronteiras (incluindo não só a Amazônia mas também a Mata Atlântica) representam outra metade dessa produção. A maioria desses trabalhos mobiliza paradigmas teóricos e tradições de pesquisa encontrados nos estudos demográficos há muito tempo – sem que predomine nenhum enfoque específico. Em alguns casos, o refinamento técnico-metodológico desenvolvido nas teses (TORRES, 1997; ALVES, 2004; SYDENSTRICKER-NETO, 2004; BARBIERI, 2005) representa avanços para esta comunidade e são importantes indicadores do trabalho futuro do grupo. Todas se basearam em cortes territoriais específicos, enfocando cidades ou regiões – fato que reforça a centralidade do fator espacial nesse campo.

Das nove teses que podem ser consideradas ligadas diretamente a P-A, duas foram defendidas em programas de De-

QUADRO 1
Teses em P-A defendidas por membros do GT População e Meio Ambiente
1995-2006

Ano	Autor	Título	Programa e instituição onde defendeu
1995	Heloísa Soares de Moura Costa	Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à diversificação do meio ambiente urbano	Demografia (Cedeplar/UFMG)
1997	Haroldo da Gama Torres	Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo	Ciências Sociais (IFCH/Unicamp)
2001	Roberto Luiz do Carmo	A água é o limite? Redistribuição espacial da população e recursos hídricos no Estado de São Paulo	Demografia (Nepo/Unicamp)
2003	Álvaro D'Antona	Garantir a terra, garantia da Terra?	Ciências Sociais (IFCH/Unicamp)
2004	Roberto Luís de Melo Monte-Mór	Modernities in the jungle: extended urbanization in the brazilian Amazon	Planejamento Urbano (Ucla)
2004	Marley Deschamps	Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba	Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)
2004	John Marion Sydenstricker Neto	Land-cover change and social organization in brazilian Amazônia	Sociologia do Desenvolvimento (Cornell University)
2004	Humberto Prates da Fonseca Alves	Análise dos fatores associados às mudanças na cobertura da terra no Vale do Ribeira através da integração de dados censitários e de sensoriamento remoto	Ciências Sociais (IFCH/Unicamp)
2005	Alisson Flávio Barbieri	People, land and context: multi-scale dimensions of population mobility in the ecuadorian Amazon	Planejamento Urbano e Regional (University of North Carolina)

mografia, três em Ciências Sociais (área de concentração em Estudos de População), duas em Planejamento Urbano e Regional, uma em Sociologia do Desenvolvimento e outra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Quadro 1).

Classificando as teses de acordo com os termos da Figura 1 (escala de análise, problemática e enfoque), verificamos que três utilizaram a escala da cidade, problematizando os impactos e conflitos sociais e ambientais da urbanização, segundo as políticas públicas e planejamento, enquanto as demais adotaram a região. Entre estas, poderíamos dizer que quatro abordam as problemáticas propriamente regionais (uso e cobertura da terra em relação à capacidade de suporte de ecossistemas regionais), enquanto as outras duas tocaram questões mais transversais, discutindo, ao mesmo tempo, uso e cobertura da terra e impactos e conflitos sociais e ambientais da urbanização, num caso, e políticas públicas e planejamento juntamente com capacidade de suporte de ecossistemas regionais, no outro (Quadro 2).

Sobre os eixos temáticos, o conjunto das nove teses contempla de diferentes perspectivas as questões principais trabalhadas pelo GT, trazendo contribuições principalmente na abordagem de novas problemáticas (algumas delas foram introduzidas justamente a partir da tese) e novos métodos. Neste sentido, estas teses estão marcadas pelo uso e aplicação de geotecnologias e pelas análises multiescalar e multimetodológica.

Quanto ao uso e aplicação de geotecnologias, os membros do GT estão entre os primeiros a utilizar estas novas ferramentas no seio das Ciências Sociais no Brasil, permitindo a abertura de uma nova gama de possibilidades analíticas para a área. Entre estes, a tese de Torres (1997) merece destaque, por ser a primeira a fazer tal aplicação na Demografia, problematizando as relações entre pobreza e risco ambiental no contexto urbano na cidade de São Paulo. Outra tese de destaque foi defendida por Alves (2004), sobre o uso e cobertura da terra no Vale do Ribeira (SP). Sua principal contribuição foi a adequação dos setores

QUADRO 2
Escala espacial de análise, problemática e enfoque das teses em P-A defendidas por membros do GT População e Meio Ambiente 1995-2006

Autor	Escala espacial de análise	Problemática / Tema	Enfoque
Heloísa Soares de Moura Costa	Cidade	Impactos e conflitos sociais e ambientais da urbanização / Políticas públicas e planejamento	Mobilidade / Produção e uso do espaço
Haroldo da Gama Torres	Cidade	Impactos e conflitos sociais e ambientais da urbanização / Políticas públicas e planejamento	Produção e uso do espaço / Risco e vulnerabilidade
Roberto Luiz do Carmo	Região	Uso e cobertura da terra / Impactos e conflitos sociais e ambientais da urbanização	Mobilidade / Produção e uso do espaço
Álvaro D'Antona	Região	Uso e cobertura da terra / Capacidade de suporte de ecossistemas regionais	Mobilidade
Roberto Luís de Melo Monte-Mór	Região	Políticas públicas e planejamento / Capacidade de suporte de ecossistemas regionais	Produção e uso do espaço
Marley Deschamps	Cidade	Impactos e conflitos sociais e ambientais da urbanização / Políticas públicas e planejamento	Risco e vulnerabilidade / Produção e uso do espaço
John Marion Sydenstricker Neto	Região	Uso e cobertura da terra / Capacidade de suporte de ecossistemas regionais	Mobilidade / Produção e uso do espaço
Humberto Prates da Fonseca Alves	Região	Uso e cobertura da terra / Capacidade de suporte de ecossistemas regionais	Produção e uso do espaço
Alisson Flávio Barbieri	Região	Uso e cobertura da terra / Capacidade de suporte de ecossistemas regionais	Mobilidade

censitários a uma base georreferenciada, permitindo assim realizar uma análise demográfica do processo de alteração da cobertura da terra a partir de unidades espaciais, incorporando o sensoriamento remoto.⁷

A partir destas contribuições, a ênfase em “populações em situação de risco” evoluiu para olhar com mais detalhes aqueles grupos populacionais sujeitos a um determinado perigo ambiental. Considerando-se que as fontes tradicionais dos demógrafos (o censo, por exemplo) diluíram o impacto de danos ambientais (e, assim, minimizaram a sua importância), era preciso localizar o impacto e as populações em situação de risco. Esse trabalho levou ao desenvolvimento do uso de dados georreferenciados pelos demógrafos, e esta é uma linha que, se não consolidada, avança rapidamente.

Sobre as análises multiescalares e utilização múltipla de metodologias, dois trabalhos merecem referência. O primeiro é o de Barbieri (2005), que, a partir da aplicação de uma análise multiescalar no estudo da mobilidade na Amazônia equatoriana, procurou investigar os diferentes elementos determinantes da mobilidade, incorporando assim várias dimensões da problemática e lançando mão, para isso, de um conjunto de metodologias que permitem discutir as diferentes escalas. O outro trabalho, talvez o mais audacioso no que diz respeito à utilização de várias metodologias, foi a tese defendida por Sydenstricker-Neto (2004) sobre a mudança da cobertura da terra e a organização social na Amazônia brasileira. Sua abordagem *mixed-method* incluiu desde análise a partir de imagens de satélite e processamento digital de informações geográficas, passando pela estrutura familiar e história migratória, até práticas antropológicas, como história de vida e entrevistas baseadas em amplo trabalho de campo. O resultado foi um engenhoso corpo teórico-metodológico que aponta

um caminho que se mostra não apenas promissor, mas sobretudo necessário para o desenvolvimento dos estudos de P-A, que ainda não foi enfrentado pelo GT.

Estas teses incorporaram em primeira mão outra escala de análise, que se articula com a urbana e a regional: a da unidade domiciliar. Em especial, as teses que trabalham com o uso e a ocupação do solo na Amazônia (D'ANTONA, 2003; SYDENSTRICKER-NETO, 2004; BARBIERI, 2005) trouxeram esta perspectiva para o interior do GT, aproximando-se também da análise antropológica de trabalho de campo e investigando os rebatimentos que a organização familiar e espacial na microescala produzem nos processos regionais de uso e ocupação do solo.

Contudo, se as geotecnologias já fazem parte do cotidiano das discussões do conjunto dos pesquisadores, o mesmo não se pode dizer da articulação entre as escalas micro, meso e macro (tanto temporais quanto espaciais) e do uso de metodologias qualitativas. Os fenômenos que podem ser apreendidos em cada uma das escalas variam; daí a razão de se relacionarem escalas micro a metodologias qualitativas, por exemplo, como forma de aprofundar a compreensão das dinâmicas populacionais e ambientais em várias escalas. Além disso, é fundamental para os estudos P-A a identificação do ritmo dos processos, nas diferentes escalas de tempo. Por tratar da relação de elementos de instâncias diferentes (sociedade e natureza), é fundamental trabalhar cada uma em sua correspondente escala temporal, identificando no ritmo o elemento agregador ou desagregador que aumenta o ajuste ou adaptação da população àquele ambiente ou, ao contrário, que marca sua distância e potencializa a vulnerabilidade/degradação. Wood (1993) aponta a necessidade de trabalhar hierarquias de tempo visando estabelecer as relações causais e os elementos que interferem com maior

⁷ Neste sentido, é valiosa a contribuição mais recente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e de outros órgãos (como a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo), que têm desenvolvido o uso e aplicação das geotecnologias para as Ciências Sociais. De forma direta ou indireta, estes trabalhos vêm se somar ao esforço de alguns membros do GT em fazer uso desta importante técnica de uma maneira crítica e esclarecida, potencializando análises e operacionalizando conceitos.

ou menor intensidade em cada relação P-A específica. Por outro lado, podemos acrescentar que uma hierarquia de tempo não pode existir sem uma hierarquia espacial que lhe seja correspondente, permitindo assim o trabalho com as escalas e a identificação dos fatores endógenos e exógenos que interferem na sustentabilidade do sistema/lugar.

As metodologias qualitativas foram acolhidas no GT principalmente em estudos que tratavam não apenas da “situação” (espacialidade do risco), abordagem mais comum ao campo, mas também da “população” (grupos indígenas, pequenos agricultores, moradores de favelas, moradores de unidades de conservação). Nessa linha, nem sempre (raramente?) os grupos populacionais estudados o foram em função de processos ou variáveis demográficos. Como o foco era na escala local, muitos desses estudos foram apresentados por antropólogos, contribuindo para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais – mas não demográficas – que regem a vida das populações estudadas.

Ainda não colhemos os frutos desses trabalhos para a Demografia. Em especial no campo metodológico, enquanto contribuição para a integração quanti-quali, o grupo ainda não absorveu estas discussões, em particular a necessidade de integrar a análise das diferentes escalas no estudo de um determinado fenômeno.

A Demografia (incluído o GT) usa abordagens qualitativas para: explorar um novo assunto para o qual não há tradição metodológica anterior; preparar uma pesquisa mais quantitativa – refinando questões, testando linguagem e verificando os limites de tolerância de potenciais entrevistados; e compreender mais satisfatoriamente um determinado fenômeno. Os primeiros dois motivos encaram a pesquisa qualitativa de forma instrumental, sendo que a meta seria enquadrar o fenômeno nos seus aspectos numéricos. Poucas vezes a pesquisa qualitativa é respeitada tanto quanto a quantitativa. Exceções importantes são os estudos no campo de sexualidade e reprodução, relações conjugais e familiares. Mas o GT se restringe a oferecer um palco para a dis-

cussão das abordagens qualitativas, sem incorporá-las em projetos multiescolares. Aqui a responsabilidade é dos grandes centros, já que os demógrafos ou estudiosos de população que trabalham fora desses centros dificilmente podem congregam um grupo de especialistas com as diferentes qualificações exigidas. Porém, o Nepo/Unicamp, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE) tendem a compartimentalizar e não integrar as abordagens qualitativa e quantitativa. O desafio é montar o projeto da perspectiva de que as diferentes abordagens trazem olhares distintos, mas mutuamente necessários para entender o fenômeno em estudo – e não subordinar uma à outra.

A ênfase em abordagens quanti-quali pode ser um salto metodológico importante que permitirá a absorção destas contribuições que ainda não foram incorporadas ao escopo metodológico dos estudos. Por outro lado, os trabalhos sobre riscos e vulnerabilidade também necessitam da convergência entre metodologias quanti-quali para poder avançar da constatação das áreas e pessoas vulneráveis, passando à discussão e compreensão das alternativas que grupos demográficos, em cada lugar/território, têm para responder aos perigos. Nos estudos sobre migração e sobre uso e cobertura da terra, tais abordagens podem igualmente contribuir com a dimensão que se aproxima da percepção e das atitudes das pessoas, analisadas em seus respectivos contextos social, cultural, espacial e demográfico, dando nova amplitude à dimensão ambiental da relação P-A.

Direções e perspectivas para a pesquisa em P-A: os desafios ainda não enfrentados

O GT conseguiu, nestes mais de 17 anos, construir uma respeitável produção, avançando sobretudo no instrumental metodológico e temático, o que tem permitido ao grupo alçar

vãos mais ousados, incorporando aspectos das dinâmicas espaciais e ambientais com cada vez mais propriedade. No entanto, um dos desafios que ainda não foi enfrentado é a necessidade de incorporar, de forma mais intensa, todos os componentes da dinâmica demográfica. Ainda não temos elementos para discutir a mortalidade, a fecundidade, questões de gênero ou de sexualidade em sua dimensão ambiental.

Por outro lado, muitas das aplicações metodológicas não tiveram reflexões epistemológicas quanto às conseqüências de sua adoção para o campo, o que contribui para algumas fragilidades. Isto ocorre, por exemplo, no caso das pesquisas que têm aplicado as técnicas geoestatísticas (especialmente ligadas aos SIGs). A base epistemológica dos problemas, bem como os resultados obtidos e o alcance da abordagem, ainda não foi discutida de forma satisfatória. É fundamental não apenas refletir sobre estas metodologias, mas também estabelecer uma agenda que faça isso sistematicamente de uma maneira mais abrangente e continuada, dando seqüência à tendência iniciada desde a proposição do encontro intermediário de 2005. Esta iniciativa teve continuidade no Encontro da Abep de 2006 e agora se consolida na forma deste número especial da *Rebep*. Mas a maior parte ainda está por ser feita.

Muito envolvidos com pesquisas empíricas, os pesquisadores deste campo ainda estão devendo reflexões mais substanciais sobre a natureza epistemológica da área, que avance em relação às discussões instrumentais das metodologias adotadas. Há necessidade urgente de reflexão acerca dos caminhos dos estudos de P-A e das implicações teórico-metodológicas das abordagens utilizadas no contexto interdisciplinar em que se colocam estes estudos, visando estreitar os laços entre os campos do saber envolvidos, bem como melhor conduzir os trabalhos empíricos na direção desejada. Mesmo considerando esta pluralidade uma virtude e a riqueza desta área, é possível que a ausência de algumas linhas mestras e direções comuns signifique a fragilização a longo prazo do tema, num contexto de pulverização de interesses direcionados

aos seus objetos de estudo. Por outro lado, a própria legitimidade do campo diante da ciência demográfica é colocada em questão enquanto o grupo não consegue delimitar seu enfoque propriamente populacional.

Em introdução à publicação avaliativa do campo, Lutz, Prskawetz e Sanderson (2002a) questionam se P-A é uma área específica de estudo e apontam três critérios para reflexão sobre a possível resposta: (1) a existência de uma massa crítica que trabalhe sobre o assunto; (2) um conjunto de questões de pesquisa estabelecidas; e (3) um conjunto de metodologias comuns. Do ponto de vista da literatura internacional, os autores concluem que, pelos dois primeiros critérios, P-A já se consolidou como uma área específica. No entanto, ainda falta um esforço maior de delimitação de um conjunto de metodologias próprias a este campo de investigação.

O mesmo podemos dizer do caso brasileiro, conforme a avaliação da produção e desenvolvimento do GT sugere. As três gerações conduziram o campo a uma consolidação e à formação de uma massa crítica que tem respondido às chamadas para discussão nas mais diferentes esferas, ocupando o espaço destinado aos GTs da Abep, assim como continuam formando novos interessados e pesquisadores para adensar este núcleo duro.

Sobre o segundo critério apontado por aqueles autores, caminhamos para 20 anos de GT com temas plenamente consolidados (impactos e conflitos sociais e ambientais da urbanização; políticas públicas e planejamento; uso e cobertura da terra; e capacidade de suporte de ecossistemas). Estes são temas próprios do GT, não sendo discutidos em nenhum outro grupo da Abep. Por outro lado, seus enfoques metodológicos, apesar de não serem exclusivos (produção do espaço, mobilidade e riscos e vulnerabilidades), já são característicos, estando a produção do grupo claramente identificada com a análise de seus temas a partir destes enfoques.

Assim como no âmbito internacional, a dificuldade para os demógrafos brasileiros é chegar ao terceiro item: um conjunto metodológico comum. Embora haja o compar-

tilhamento de certas metodologias (como as de geoprocessamento), a verdade é que metodologicamente o GT está estruturado a partir das formações básicas originais dos seus pesquisadores (sobretudo da Primeira e da Segunda Gerações). O esforço de discussão metodológica está se manifestando agora, reflexo do próprio estágio de desenvolvimento do campo, e este número especial da *Rebep*, dedicado a esta discussão, é um passo importante nesta direção.

Enquanto novo campo científico, os estudos P-A precisam de uma construção própria do problema/objeto, indo além de uma reunião de interesses e dados trabalhados por outras disciplinas (o que tem marcado seu desenvolvimento até aqui), sendo compreendidos por meio de métodos trabalhados a partir da própria disciplina (BUNGE, 1980).

Neste sentido, Leff (1993, 2000) levanta a necessidade de um paradigma para uma Demografia Ambiental, que formule a questão a partir de suas determinantes demográficas, superando os reducionismos sociologista e biologista, desenvolvendo uma análise complexa, multiescalar e multidimensional e fugindo das relações causais simplistas que têm marcado o enfoque população *versus* recursos. Em sua opinião, é necessário “Articular procesos de naturaleza diversa y de diferentes escalas espaciales y temporales” (LEFF, 1993, p.31).

Assim, algumas das matrizes teórico-metodológicas trazidas para o interior do grupo podem servir de base para esta construção epistemológica. Entre estas, temos a Geografia, que, além de possuir relações históricas com a Demografia, aborda tradicionalmente a relação sociedade-natureza de uma maneira integrada, a Ecologia Humana, que tem influenciado grandemente as ciências sociais, os estudos críticos sobre a espacialidade e a organização e produção do espaço, provenientes, sobretudo, dos estudos urbanos e regionais, além de desenvolvimentos provenientes da própria teoria social, como a Ecologia Política e as teorias da Modernização Ecológica e da Sociedade de Risco, discutidas pela Sociologia Ambiental contemporânea. Estas podem ser matrizes teórico-metodológicas que auxiliem

na construção deste estatuto próprio de uma Demografia Ambiental.

No âmbito do GT, esta situação está colocada, apresentando-se as condições que permitem realizar esta discussão. Se é necessária uma Demografia Ambiental, tanto a discussão metodológica quanto a epistemológica possuem campo fértil para germinar. O momento atual do desenvolvimento da temática encontra-se justamente no esgotamento da fase de Consolidação, partindo para uma discussão metodológica mais consistente. No entanto, esta não pode estar dissociada da busca de um paradigma que dê consistência e unidade epistemológica ao campo. Não uma teoria comum que sirva de modelo ou de norma. Antes, o que se faz necessário são a reflexão e a discussão interna, para que a construção da problemática P-A seja especificamente demográfica. Como os paradigmas demográficos tradicionais não são suficientes para tal intento, há necessidade de construção de um novo, específico.

Neste sentido, Lutz, Prskawtz e Sanderson (2002b) apontam três critérios para os estudiosos de P-A refletirem e avaliarem a consolidação dos estudos em relação a seu estabelecimento enquanto campo próprio de estudo: (1) explicitação sobre ambas as dinâmicas (P e A); (2) explicitação sobre os mecanismos de mediação entre P e os elementos de A em análise; e (3) explicitação da questão específica P-A no contexto geral das relações entre a população e seu ambiente. Estes critérios são mais do que uma lista para preencher, constituindo-se em verdadeiros desafios que estão postos diante dos pesquisadores e que o GT também terá de enfrentar.

O primeiro critério volta à questão da necessidade de eliminar a análise de mão única, que atribui maior peso ora às dinâmicas populacionais, ora às ambientais. A legitimidade de um campo de estudos sobre P-A não pode abrir mão justamente do mais importante: as relações entre os elementos que compõem o objeto de estudo, assim como é crucial que os mecanismos que operacionalizam estas relações sejam explicitados. Para isso, será necessário dar um passo adiante na

compreensão das relações causais que geram o envolvimento P-A.

O grande desafio é conseguir superar a pretensa dicotomia estabelecida na relação P-A, o que, na verdade, é uma dificuldade inerente a todos que procuram abordar de alguma forma a relação sociedade-natureza. Esta, para que seja de fato integrada, não pode partir de um dos termos da relação: sociedade (população) ou natureza (ambiente). Conforme mostram Lutz, Prskawetz e Sanderson (2002a), os estudos têm partido de duas perguntas que se colocam nos dois pólos: quais os impactos da mudança populacional no ambiente (P-A)? Quais os impactos da mudança ambiental na população (A-P)? O desafio que se coloca é conseguir orientar as pesquisas a partir de um olhar integrado e conjuntivo, que enfoque a relação entre estes termos, num dado espaço e tempo.

No GT não existe a confluência de pesquisadores que se dedicam às ciências da natureza, por exemplo. Geógrafos, que seriam parceiros óbvios, ainda estão timidamente vinculados aos debates e não houve aproximação de outros cientistas que pudessem contribuir para dar à relação P-A um estatuto mais relacional de fato. No entanto, mesmo com esta defasagem, o GT tem conseguido trazer, até certo ponto, elementos referentes ao ambiente, embora estes tenham um nível de elaboração e ênfase significativamente menor. Para isso, a interação e incorporação de temas e, sobretudo, metodologias que permitam que os questionamentos também partam do ambiente são aspectos fundamentais para o amadurecimento da discussão.

O terceiro ponto para reflexão apontado pelos autores coloca em tela uma questão tão importante para o campo quanto aquela que diz respeito à necessidade de legitimação de seu estatuto demográfico: qual a contribuição dos estudos de P-A para a compreensão mais global das relações sociedade-natureza? Este tema compõe outra pauta para reflexão e discussão para GT nos próximos anos.

Para alcançar tal estatuto epistemológico, Leff (2000) chama atenção para sete problemas conceituais e metodológicos

que precisam ser solucionados pelo campo de P-A:

1. a multicausalidade e indeterminação dos processos populacionais e ambientais;
2. a desagregação da relação P-A em temáticas limitadas e escalas locais de estudo;
3. a aplicação de métodos de análises de sistemas complexos ao estudo;
4. a investigação sobre sistemas socioambientais deve passar de estudos sobre o impacto conjugado de diversos processos para um enfoque prospectivo, orientado a reintegrar a população ao seu ambiente, através de seus valores e suas práticas culturais de uso sustentável dos recursos naturais;
5. a emergência do saber ambiental abre perspectivas para a construção de um paradigma de uma Demografia Ambiental;
6. as relações entre a Demografia com outras disciplinas sociais;
7. a análise das relações P-A põe em primeiro plano a questão da qualidade de vida da população.

Alguns destes pontos já estão plenamente incorporados às análises do GT, como o sexto e o sétimo. Outros, como o primeiro, o segundo e o terceiro, estão sendo abordados, como nos trabalhos que trouxeram a discussão da multiescalaridade e do uso múltiplo de metodologias, embora ainda tenham que ser discutidos e desenvolvidos de maneira mais ampliada. O quarto ponto tem sido focado principalmente em dois contextos: nos estudos sobre risco e vulnerabilidade, que possuem esta perspectiva prospectiva inerente ao próprio olhar metodológico; e nos estudos que discutem planejamento e políticas públicas.

De todos, certamente aquele que apresenta o maior desafio é o quinto: a oportunidade de construção de um paradigma de uma Demografia Ambiental. Este, certamente, seria um salto epistemológico que elevaria os estudos de P-A de um grupo temático interdisciplinar para um campo

de estudos próprio, cujo paradigma estaria fundado numa base teórico-metodológica e numa formulação de um problema científico próprio. Este é um projeto bem mais ambicioso que População e Ambiente, pois significa partir de uma leitura de que a dinâmica demográfica não pode mais ser pensada sem começar pela dinâmica da natureza, com as possibilidades e os limites do mundo natural para os processos demográficos. É bem mais radical do que temos feito até hoje, analisando como processos populacionais impactam a natureza ou como a natureza incide na dinâmica demográfica.

A reflexão passa pelo repensar o papel de cada uma das categorias de autores que têm composto os encontros e as publicações do grupo. O GT precisa discutir a forma de inserção de novas contribuições e interesses correlatos. Mas só poderá fazer isso se, primeiro, delinear seus caminhos e interesses. Por outro lado, é necessário ter clareza do impacto teórico-metodológico que tais trabalhos têm no seio do grupo e da temática. Só com estas reflexões será possível ter uma avaliação mais concreta do papel que o grupo reservará para tais aberturas, bem como a intensidade do esforço de colocar a questão demográfica cada vez mais central nas discussões do GT.

Como os estudos de P-A estão na periferia da Demografia e não no seu núcleo mais tradicional, as incertezas são inerentes e, por isso, o esforço de sistematização é fundamental para adquirir uma maior consistência. Avançar na compreensão do significado do uso da abordagem espacial, incorporando-a para além do simples “localizar”, é um desafio que poderá contribuir para a construção desta epistemologia. Já o aprofundamento das relações entre as metodologias quanti-quali também é fundamental para ampliar o escopo analítico em direção ao âmago da relação P-A: as especificidades das formas como as pessoas se relacionam com o ambiente, presentes em todas as escalas, desde o indivíduo, passando pela “casa, família, comunidade, estado e nível internacional” (HOGAN, 2000, p.47).

Em texto preparado para o Cyberseminar Population Dynamics and Millennium

Development Goal 7: “Ensuring Environmental Sustainability”, da Population and Environment Research Network (PERN), Jason Bremner e Richard Bilborrow (2005) sintetizam com muita propriedade a situação da pesquisa em P-A:

The initial scholarly debate as well as the popular media’s depiction of population-environment relationships focused on one aspect of demography (population growth) and its relationship to the environment and development. More recent research, however, has begun to deal with additional dimensions of demography, including population mobility (in-migration, out-migration, urbanization, temporary migration, and even international migration), age and sex composition, and mortality and morbidity. In addition, there is growing research at multiple scales which is finding that the relationships between demographic aspects and the environment may differ at different scales (individual, household, community, regional, and global). While recent population-environment research has not led to a new comprehensive and accepted theory, there is great excitement about the empirical evidence coming forth which may, inductively, lead to significant theoretical advances in the near future. Unlike many other special areas or subfields of demography, the population-environment nexus is inherently multidisciplinary, which makes it more difficult to achieve theoretical advances or even to conduct empirical research which all can accept as valid. On the other hand, there is widespread agreement about the complexity of the relationships and the importance of the topic at local, national and global scales.

As incertezas vividas pelo grupo brasileiro não é uma particularidade sua. Esta situação é a mesma em todo o mundo, apresentando aos pesquisadores os mesmos desafios: construir uma base epistemológica própria; manter um relacionamento multidisciplinar profícuo; articular as escalas de ocorrência e análise dos fenômenos de maneira eficiente, mantendo a forte base empírica, mas procurando ampliar a capacidade analítica através da composição de quadros mais gerais de leitura das problemáticas estudadas; e, principalmente, incorporar de forma mais explícita e consistente as demais variáveis da dinâmica demográfica (além da distribuição espacial da população) ao escopo das análises e da própria compreensão da relação P-A.

Referências bibliográficas

- ALVES, H. P. F. **Análise dos fatores associados às mudanças na cobertura da terra no Vale do Ribeira através da integração de dados censitários e de sensoriamento remoto**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- ARIZPE, L.; STONE, M. P.; MAJOR, D. C. Introduction. In: _____. (Eds.). **Population & environment: rethinking the debate**. Boulder: Westview Press, 1994, p. 1-9.
- BARBIERI, A. F. **People, land and context: multi-scale dimensions of population mobility in the Ecuadorian Amazon**. 2005. 204p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – University of North Carolina, Chapel Hill, 2005.
- BECK, U. **Risk society: towards a new modernity**. Trad. Mark Ritter. London: Sage, 1992.
- BREMNER, J.; BILSBORROW, R. **Population dynamics and millennium development goal 7**. Texto preparado para o Cyberseminar Population Dynamics and Millennium Development Goal 7: “Ensuring Environmental Sustainability” Population and Environment Research Network, setembro de 2005. Disponível em: <www.populationenvironmentresearch.org/papers/Pop&MDG7.pdf>.
- BUNGE, M. **Epistemologia**. Trad. Cláudio Navarra. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1980.
- CARMO, R. L. do. **A água é o limite? Redistribuição espacial da população e recursos hídricos no Estado de São Paulo**. 2001. 195p. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- COSTA, H. S. de M. **Vale do aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à produção do meio ambiente urbano**. 1995. Tese (Doutorado em Demografia) – Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
- D’ANTONA, A. **Garantir a terra, garantia da Terra? Reservas extrativistas na Amazônia Legal Brasileira**. 2003. 184p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- DECHAMPS, M. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. 2004. 156p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- DUNCAN, O. D. Human ecology and population studies. In: HAUSER, P. M.; DUNCAN, O. D. (Orgs.). **The study of population**. Chicago: University of Chicago Press, 1959.
- DUNLAP, R. E. et al. (Eds.). **Sociological theory and the environment: classical foundations, contemporary insights**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.
- HOGAN, D. J. Resumo das discussões sobre o tema “A dinâmica demográfica em situação de crise”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: Abep, 1984, p. 1357-1366.
- _____. (Org.). Dinâmica demográfica e poluição ambiental. **Textos NEPO**, Campinas, n.12, 1987.
- _____. Crescimento demográfico e meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Abep, v. 8, n. 1/2, p. 61-71, 1991.
- _____. Capacidade de carga poblacional. Rehabilitando um concepto. In: IZAZOLA, H.; LERNER, S. (Comp.). **Población y ambiente: ¿nuevas interrogantes a viejos problemas?** Mexico: Sociedad Mexicana de Demografía, 1993, p. 79-92.
- _____. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia. In: TORRES, H. G.; MOURA, H. C. (Orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Senac, 2000, p. 21-52.

HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (Orgs.). **Population and environment in Brazil: Rio+10**. Campinas: CNPD, Abep, Nepo, 2002.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, E. La interdisciplinarietà en las relaciones población-ambiente. Hacia un paradigma de demografía ambiental. In: IZAZOLA, H.; LERNER, S. (Comp.). **Población y ambiente: ¿nuevas interrogantes a viejos problemas?** Mexico: Sociedad Mexicana de Demografía, 1993, p. 27-48.

_____. Demografía y ambiente. In: _____. **Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. Mexico: Siglo XXI, 2000, p. 251-261.

LUTZ, W.; PRSKAWETZ, A.; SANDERSON, W. C. Introduction. In: _____. (Eds.). **Population and environment: methods of analysis**. New York: Population Council, 2002a, p.1-21 (Population and Development Review – A supplement to volume 28).

_____. Conclusions: toward comprehensive P-E studies. In: _____. (Eds.). **Population and environment: methods of analysis**. New York: Population Council, 2002b, p.225-250 (Population and Development Review – A supplement to volume 28).

MARANDOLA JR., E. Uma ontologia geográfica dos riscos: duas escalas, três dimensões. **Geografia**, Rio Claro, v.29, n.3, p. 315-338, set./dez. 2004.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilities and risks in population and environment studies. **Population and Environment**, Springer, n.28, p.83-112, 2006.

MARTINE, G. Os estudos populacionais e a agenda ambiental brasileira: um ponto de vista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Abep, v. 8, n. 1/2, p. 125-129, 1991.

_____. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993a.

_____. A demografia na questão ecológica: falácias e dilemas reais. In: _____. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993b, p. 9-19.

_____. Población, crecimiento y modelo de civilización: dilemas ambientales del desarrollo. In: IZAZOLA, H.; LERNER, S. (Comp.). **Población y ambiente: ¿nuevas interrogantes a viejos problemas?** Mexico: Sociedad Mexicana de Demografía, 1993c., p. 49-62.

_____. **The sustainable use of space: advancing the population/environment agenda**. Paper presented at the Cyber Seminars of the Population-Environment Research Network, 2001a. Disponível em: <<http://www.populationenvironmentresearch.org>>.

_____. Atualização do debate sobre população e meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Abep, v. 18, n.1/2, p. 161-166, jan./dez. 2001b.

MELLO, L. F.; HOGAN, D. J. População, consumo e meio ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. **Anais...** Campinas: Abep, 2006 [CD-ROM]. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_312.pdf>.

MONTE-MÓR, R. **Modernities in the Jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazon**. 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – University of California at Los Angeles, Los Angeles, 2004.

MORAN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

SAWYER, D. **População, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil**. Brasília: ISPN, 1993.

_____. Population and sustainable consumption in Brazil. In: HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (Orgs.). **Population and environment in Brazil:**

Rio+10. Campinas: CNPD, Abep, Nepo, 2002, p. 224-254.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPAARGAREN, G.; MOL, A. P.J.; BUTTEL, F. **Environment and global modernity.** London: Sage, 2000.

SYDENSTRICKER-NETO, J. M. **Land-cover change and social organization in brazilian Amazonia.** 2004. 374p. Tese (Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento) – Cornell University, Ithaca, NY, 2004.

TORRES, H. G. **Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo.** 1997. 256p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. A demografia do risco ambiental. In: TORRES, H. da G.; COSTA, H. (Orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios.** São Paulo: Senac, 2000. p. 53-73.

TORRES, H. G.; COSTA, H. (Orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios.** São Paulo: Senac, 2000.

WOOD, C. H. Temporalidades y escalas en el estudio de la población, el ambiente y la sustentabilidad. In: IZAZOLA, H.; LERNER, S. (Comp.). **Población y ambiente: ¿nuevas interrogantes a viejos problemas?** Mexico: Sociedad Mexicana de Demografía, 1993, p. 63-79.

Resumen

¿En dirección a una demografía ambiental? Evaluación y tendencias de los estudios de población y ambiente en Brasil

Las Ciencias Sociales fueron las últimas en aceptar e incorporar la temática ambiental en sus respectivos temas de investigación. Entre ellas, la Demografía tal vez haya sido la última en hacer esta conversión, incluyendo poco a poco aspectos referentes a la relación población-ambiente. El debate ha convergido hacia la creciente incorporación de la dimensión espacial, siempre presente, aun no siendo el eje central en los estudios demográficos, pero que en la discusión ambiental se muestra preponderante. El desarrollo del campo, aunque rápido y promisorio, ha encontrado dificultades inherentes a áreas de estudio que tienden a la interdisciplinaridad, localizándose en la periferia de una ciencia en interfase con otras. En Brasil estos estudios también han evolucionado en las últimas dos décadas, siendo importante para su delineación el trabajo del Grupo de Trabajo "Población y Medio Ambiente", de la Asociación Brasileña de Estudios Poblacionales, privilegiado foco difusor de estas preocupaciones en el país. En vista de esto, este artículo pretende reflexionar sobre el trabajo del grupo, con la expectativa de traer a la superficie algunos elementos acerca de los métodos, temas y problemáticas abordadas a lo largo de los años, en el sentido de localizar en que punto de este desarrollo se encuentra hoy la temática, y cuales son las perspectivas y los desafíos que se abren para el futuro.

Palabras-clave: GT Población y Medio Ambiente de la Abep. Epistemología y Metodología de la Demografía. Distribución espacial de la población.

Abstract

Towards an environmental Demography? Evaluation and tendencies of population and environment studies in Brazil

The social sciences were latecomers in the acceptance and incorporation of the environment into their respective research programs. Among them, Demography was perhaps the last to

make this change, gradually incorporating population-environment questions. The debate has converged toward the growing incorporation of the spatial dimension, long present but not a defining issue of demographic studies, but which is central in the environmental discussion. The development of the field, though rapid and promising, has encountered difficulties inherent to interdisciplinary fields, occupying a place on the periphery of one science, at the interface with others. In Brazil, where these studies have also evolved over the last two decades, the work of the Working Group on Population and Environment of the Brazilian Association of Population Studies has been a key factor in disseminating this concern. In view of this, we seek to reflect on the production of this group to identify elements concerning the methods, themes and problematics treated over the years, in order to assess where this field is today, and what are its future perspectives and challenges.

Keywords: Working Group on Population and Environment of the Brazilian Population Studies Association. Epistemology and Methodology of Demography. Population Distribution.

Recebido para publicação em 08/03/2007.

Aceito para publicação em 12/11/2007.

